



1
2
3
4
5
6
7
8
9

RESUMO EXECUTIVO DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

10 **ABERTURA** – Aos treze e quatorze dias do mês de fevereiro de dois mil e sete, o
11 Plenário do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas das Pessoas com
12 Deficiência/CONADE realizou, em Brasília/DF, a sua Quinquagésima Reunião
13 Ordinária. Conselheiro **Alexandre Baroni**, presidente do CONADE, procedeu à
14 abertura dos trabalhos, cumprimentando a todos os presentes. Antes do início da
15 discussão dos temas da pauta da reunião, o presidente do Conselho fez algumas
16 observações. Primeira, chamou a atenção para o fato de muitos conselheiros estarem
17 chegando atrasados, em virtude do caos aéreo, e outros, por razões de compromissos
18 inadiáveis. Considerando essas questões, solicitou aos presentes muita dedicação,
19 muita atenção, muita objetividade e muito carinho, porque a pauta dessa primeira
20 reunião de 2007 estava muito consistente. Depois, lembrou que o CONADE tivera, no
21 ano passado, um ganho de qualidade e efetividade, tal como registrara o conselheiro
22 **José Cláudio Barriguelli**. Esse avanço no controle social só fora possível graças à
23 determinação e à perseverança de todos (as) os (as) conselheiros (as). Disse que a
24 idéia era continuar, nesse ano, com o mesmo propósito de realizar um trabalho
25 consciente e responsável para que fosse garantida qualidade de vida para todas as
26 pessoas com deficiência. **VERIFICAÇÃO DE QUORUM** - De acordo com o
27 Regimento do Conselho, foi feita a verificação do *quorum* e as ausências justificadas.
28 Estiveram presentes: **Janilton Fernandes Lima**, representante da Confederação
29 Nacional do Comércio; **Flávio Henrique de Souza**, representante da Central Única
30 dos Trabalhadores; **Mauro Meirelles Pena**, representante da Associação Brasileira de
31 Medicina Física e Reabilitação (a suplente **Linamara R. Batistela**); **Shirlei Vilhalva**,
32 representante da Federação Nacional da Educação Integração de Estudos; **Adilson**
33 **Ventura**, representante da União Brasileira de Cegos; **Carlos Ajur Cardoso Costa**,
34 representante da Federação Brasileira de Entidades para Cegos (suplente **Ronaldo**
35 **Tavares da Silva**); **Adinilson Marins dos Santos** e **Marilene Ribeiro** - ausências
36 justificadas; **Lizair de Moraes Guarino**, representante da Federação Nacional da
37 Sociedade Pestalozzi (suplente **Zélia Maria Dos Santos**); **Hugo M. Pandolfo**,
38 representante da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down;
39 **Antônio Carlos Cestaro** - ausência justificada; **Maria do Carmo Tourinho**,
40 representante da Associação Brasileira de Autismo; os funcionários do Banco do
41 **Brasil: Messias de Souza Tavares e Hermano José Valdivino de Brito** - ausências
42 justificadas; **Alexandre Baroni**, representante do Conselho Nacional dos Centros de
43 Vida Independente; **Rosane Cavalcante de Freitas**, representante da Organização

44 Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (suplente **José Ferreira Lima**); **Cândida**
45 **Maria Cavalheira**, representante da associação Brasileira de Ostromizados (suplente
46 **Márcia Patrícia de Araújo**); **José Cláudio Barriguelli**, representante da Federação
47 das Associações de Renais e Transplantados do Brasil; **Valdenora da Cruz**
48 **Rodrigues**, representante do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas por
49 Hanseníase; **Joelson Costa Dias e Laís Vanessa de Carvalho de Figueiredo**
50 **Lopes**, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil; **Maria Aparecida Gurgel**,
51 representante da Associação Nacional do Ministério Público da Pessoa Idosa e com
52 Deficiência; **Lélia Barbosa de Souza Sá**, representante do Conselho Federal de
53 Engenharia, Agricultura e Agronomia; **Renato de Melo Rocha** - ausência justificada;
54 **Celso Lourenço Moreira Correia e Marina Bandeira de Mello Parente Sadi**,
55 representantes da Casa Civil da Presidência da República; **Elizabete Pereira**,
56 representante da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da
57 República (suplente **Ione Pereira França**); **Izabel Madeira de Loureiro Maior e**
58 **Ivana de Siqueira**, representantes da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da
59 Presidência da República; **Sheila Miranda da Silva e Érica Pisaneschi**,
60 representantes do Ministério da Saúde; **Renato Boareto**, representante do Ministério
61 das Cidades (suplente **Augusto Balleri**); **João Carlos Martins Neto**, representante
62 do Ministério de Ciência e Tecnologia; **Ana Maria Lima Barbosa**, representante do
63 Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome; **Marcos Cordeiro de**
64 **Sousa Bandeira**, representante do Ministério dos Transportes; **Rogério Lopes Costa**
65 **Reis**, representante do Ministério do Trabalho e Emprego; **Kátia Aparecida Maragon**
66 **Barbosa**, representante do Ministério da Educação (suplente **Denise de Oliveira**
67 **Alves**); **Teresa Augusta dos Santos** e a suplente **Ermelinda Christiane de Paula**
68 estão com as ausências justificadas; **Rivaldo Araújo da Silva e Francis Resende de**
69 **Matos**, representantes do Ministério do Esporte; **Denise Costa Granja**, representante
70 do Ministério das Comunicações; **Ritamaria Silva de Aguiar**, representante do
71 Ministério da Cultura; **Nicola Esperanza e Fernando A. M. Ribeiro**, representantes
72 do Ministério das Relações Exteriores; **Maria Maria Madalena Nobre**, representante
73 do Ministério do Turismo; **Rafael Moreira de Aguiar e José Ronaldo Montenegro de**
74 **Araújo**, representantes do Ministério da Justiça; **Flávio Couto da Silva**,
75 representante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de
76 Deficiência(suplente **Manuel Augusto Oliveira Aguiar**); e **Martinha Clarete Dutra**
77 **dos Santos**, representante do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de
78 Londrina. Após, fez a chamada dos suplentes presentes: **Márcio Carlos Aguiar**,
79 representante do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Niterói/RJ.
80 Depois, dos observadores: **Flávia**, do Sindicato de Saúde, São Bernardo do Campo,
81 Santo André e ABC, **Marli**, de São Paulo; **Ricardo Tadeu Marques da Fonseca**, do
82 Ministério Público do Trabalho; **Ivan Ribeiro**, Ministério das Comunicações; e
83 **Flozilene Oliveira**. **ITEM 1 – APROVAÇÃO DA ATA E DA PAUTA DA 50ª REUNIÃO**
84 **ORDINÁRIA – Neste ponto, a ata da 1ª Reunião Extraordinária do CONADE,**
85 **realizada em dezembro de 2006, foi aprovada por unanimidade.** Porém, não foi
86 posta para aprovação a ata da 49ª Reunião Ordinária. A pauta da presente reunião
87 sofreu alterações no que diz respeito aos horários das apresentações do PPA. **A**
88 **conselheira Érika Pisaneschi solicitou que a apresentação do Ministério da**
89 **Saúde fosse feita no dia seguinte pela manhã, em razão de ter havido uma**
90 **coincidência de horário com a reunião do Conselho Nacional de Saúde. Disse**

91 que a conselheira Sheila, que falaria sobre o tema no CONADE nesse horário,
92 estaria discutindo assuntos sobre ostomia no CNS. Também, o conselheiro
93 Augusto Valério solicitou que a apresentação do Ministério da Cidade sobre o
94 PPA fosse feita na parte da tarde, em razão de o conselheiro Renato Boareto,
95 responsável pelo assunto, não estar presente. Postas para consideração do
96 Plenário, essas duas solicitações foram aprovadas. A seguir, o Presidente
97 Alexandre Baroni informou os conselheiros que a apresentação do Comitê
98 Paraolímpico estava comprometida, em razão de seu presidente estar retido no
99 aeroporto do Rio de Janeiro. Assim, tão logo chegasse, a pauta seria interrompida,
100 para que fosse ouvida a sua mensagem. Em razão desse fato, os coordenadores das
101 Comissões foram consultados para saber quais deles poderiam apresentar o relatório.
102 O coordenador da Comissão de Comunicação Social prontificou-se a fazer o relato de
103 suas atividades. **2 - RELATÓRIO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL -**
104 Conselheiro **Janilton Fernandes** fez o relato, dizendo que: 1 - alguns assuntos eram
105 continuação dos anteriores; 2 – havia necessidade de apresentação do filme sobre
106 Acessibilidade; 3 – as sugestões recebidas a respeito seriam encaminhadas ao
107 Presidente do CONADE até o dia 26 de fevereiro; 4 – Conselheira Maria Madalena
108 dera informe na Comissão sobre a Audiência Pública que ocorrera no Senado,
109 oportunidade que o Dr. Márcio Jorge alegou que a sua fala não fora contemplada
110 como devia no Jornal do Senado. Por causa dessa reclamação, encaminhou-se uma
111 carta à Agência do Senado, solicitando explicação. A resposta foi encaminhada ao
112 reclamante e, desta forma, entendia que o Conselho cumprira o seu papel no
113 episódio. Conselheira **Rita Maria Aguiar** informou que o Processo que contém o
114 Planejamento Estratégico da Campanha da Acessibilidade é o CC5006. Referiu-se,
115 ainda, a outro processo, que diz respeito à confecção do Boletim do Conselho. A
116 propósito, disse que a Comissão recebeu sugestão para que, ao invés de ser feito um
117 boletim se fizesse um informativo, e a sugestão foi acolhida. O mesmo terá como
118 objetivo dar visibilidade às ações do Conselho, e favorecer o papel de articulação dos
119 conselhos e conselheiros. Terá circulação interna e externa. Foi sugerido que se
120 tenha na primeira página o Ribenar, que é um tradutor de língua de sinais de libras,
121 com áudio e legenda. Também, foi sugerido que contivesse informações de todas as
122 comissões e fosse feito em uma linguagem inclusiva e de fácil compreensão. Que
123 tenha contato, através de link, no site e não no Outlook. Falou, ainda, que atendendo
124 solicitação, será feita uma “boneca” para que os conselheiros vejam como ficará o
125 Informativo depois de pronto. Além disso, observou que a Comissão receberá
126 sugestões até o dia 27 do mês em curso. Conselheira **Maria Madalena**, encontrando-
127 se no local nesse momento, aproveitou para complementar o informe que fora dado
128 anteriormente sobre a Audiência Pública que tivera no Senado. Lembrou que, como
129 era do conhecimento de todos, na semana de valorização da pessoa com deficiência,
130 o Senado realizou esse evento e convidou palestrantes para falarem sobre o tema,
131 dentre os quais o psiquiatra Jorge Márcio Pereira de Andrade, que fez uma fala
132 contrária à internação de deficientes mentais em hospitais psiquiátricos. Ocorreu que
133 a jornalista do Senado Laura Fonseca fez uma matéria a respeito usando expressões
134 não manifestadas pelo palestrante. Este não se sentindo contemplado no texto,
135 inclusive, no que diz respeito às suas idéias, solicitou ao CONADE providências. O
136 Conselho encaminhou correspondência à Agência do Senado, abordando o assunto.
137 A resposta da Agência fora encaminhada ao Dr. Jorge Márcio. Nesse sentido, o

138 CONADE colocara-se à disposição para orientar aquela Casa, quando fosse
139 necessário, inclusive, nas questões técnicas e de terminologias mais adequadas para
140 tratar de assuntos sobre a pessoa com deficiência. Conselheira **Martinha Clarete**
141 interveio para dizer que esse assunto estava esgotado, porque o evento fora realizado
142 pelo Senado, assim, assuntos decorrentes deveriam ser tratados com os
143 organizadores da Audiência Pública. Outra questão colocada pela conselheira foi em
144 relação ao Informativo. A opinião da Comissão de Articulação de Conselhos, embora
145 reconhecendo as dificuldades do CONADE, seria necessário assessoramento de
146 comunicação, de um jornalista, vez que esse era um instrumento fundamental para o
147 controle social. Nesse sentido, solicitou esclarecimento a respeito da confecção desse
148 Informativo. Se não for posto para veicular, disse que se corria o risco de o CONADE
149 completar um ano sem comunicação com os conselhos estaduais e municipais e com
150 a sociedade. Conselheiro **Janilton Fernandes** observou que realmente era
151 importante um instrumento de comunicação para dar visibilidade para o Conselho. A
152 propósito, lembrou de uma história budista que ensina começar a casa pelo primeiro
153 andar, contrário das sugestões que chegam para o Informativo, que já são para o
154 terceiro andar. No seu entendimento, disse, que no “primeiro andar” deveria estar é
155 quem organiza e consolida as informações, quem daria o formato jornalístico, quem
156 revisaria os textos, quem deveria decidir o que vai ou não ser veiculado, e assim por
157 diante. Dessa forma, entendia que a responsabilidade era muito grande nesse
158 processo. Ademais, não seria um informativo comum, porque precisaria de uma
159 formulação diferenciada para atender às necessidades das pessoas com deficiência.
160 Conselheira **Ritamaría Aguiar** falou do esforço que a Comissão envidara no sentido
161 de acolher todas as contribuições dos conselheiros para o Informativo sair o mais
162 emblemático possível e garantir, assim, a democracia da informação no controle
163 social. Conselheira **Maria Aparecida**, em relação ao Informativo, disse ser importante
164 a sua confecção para garantir a visibilidade das ações dos conselhos nacional,
165 estadual e municipal. Assim, entendia que, a despeito das dificuldades para
166 construção desse processo, a Comissão de Comunicação Social deveria somar todos
167 os esforços para garantir a sua elaboração, considerando as deliberações do plenário,
168 e gradativamente ir aperfeiçoando o seu formato e conteúdo. Conselheira **Ritamaría**
169 **Aguiar** ressaltou que a proposta de coluna no Informativo era uma contribuição do
170 conselheiro Márcio, para assegurar a igualdade no acesso das informações. Nesse
171 sentido, a Comissão de Comunicação tem se esforçado muito para compreender
172 como deve ser o Informativo, de tal sorte que atenda às especificidades das pessoas
173 com patologias, e é nessa linha que tem conduzido o debate do assunto. Conselheiro
174 **Flávio Couto** mostrou-se insatisfeito pelo fato de as ações do Conselho não estarem
175 tendo a visibilidade que precisariam ter. No seu ponto de vista e enquanto o
176 Informativo não sai, todos os conselheiros deveriam fazer um esforço concentrado
177 para divulgarem em suas entidades o que o Conselho delibera e que todas as
178 comissões encaminhassem, sem falta, para a Comissão de Comunicação o que
179 deveria ser divulgado no Informativo. Conselheira **Maria Madalena** manifestou-se
180 para dizer que o Conselho precisaria estabelecer contatos com as universidades, a
181 exemplo de outras áreas, para conseguir estagiários para ajudar na formulação do
182 Informativo. Conselheiro **Marcos Bandeira** insistiu na necessidade de o Informativo
183 ter um espaço, onde a população pudesse perguntar sobre assuntos que lhe
184 dissessem respeito. No seu entendimento, isso contribuiria significativamente para o

185 conhecimento dos conselheiros e da população. Conselheiro **Flávio Henrique** disse
186 que a Comissão de Comunicação tinha condições de pensar e organizar um processo
187 de confecção do Informativo de tal sorte que atendesse a necessidade do Conselho.
188 O caminho, de acordo com a sua percepção, tinha que ser objetivo e deveria sanar as
189 dificuldades do Conselho no que diz respeito a publicizar as informações. Como toda
190 a implantação de uma nova ação precisa de aperfeiçoamento, disse que a do
191 Informativo não fugiria a regra. Concluída a fala do conselheiro, o Presidente
192 **Alexandre Baroni** colocou para apreciação do Plenário dois encaminhamentos:
193 **Como não fora o CONADE que organizara esse evento e considerando as**
194 **providências que encaminhou até agora, como, por exemplo, o envio da**
195 **correspondência vinda do Senado ao Dr. Jorge Márcio, considerava o assunto**
196 **esgotado; e este em relação ao Informativo: Que fosse estipulado um prazo de**
197 **48 horas para que todas as comissões do Conselho encaminhassem o material**
198 **para ser publicado no Informativo. Ambas as propostas foram aprovadas.**
199 **Conselheiro Janilton Fernandes** disse que os integrantes da Comissão tão logo
200 recebessem o material das outras comissões os transformariam em matéria para o
201 Informativo e sugeriu que fossem utilizadas outras fontes para referência que não só
202 as atas. A secretária executiva **Denise** quis saber se, no caso de alguma comissão
203 não encaminhar material, dar-se-ia continuação no processo de confecção do
204 Informativo. Lembrou, nesse sentido, que as atas continham todos os relatos das
205 comissões e por isso, seria rápido e fácil levantar as suas deliberações. Conselheiro
206 **Cristiano Torres** sugeriu que, no primeiro Informativo, o editorial fosse feito pela
207 presidência do Conselho, e estimulasse os conselhos para que desenvolva ações que
208 fortaleça e efetive o controle social. Depois, poderia ser feito pelas comissões.
209 Conselheiro **Márcio Aguiar** sugeriu que os coordenadores das comissões, após os
210 seus relatórios serem aprovados pelo Plenário, fizessem um resumo em linguagem de
211 fácil compreensão para entregar à Comissão de Comunicação Social para que esta
212 incluía no Informativo. Foi registrado a respeito dessa questão que, como se tratava de
213 um Informativo *on line* (*não impresso*), o seu aperfeiçoamento e correções seria mais
214 fácil. Solicitou, se possível, que os produtos das comissões viessem já em linguagem
215 jornalística. Em razão da importância do tema, a conselheira **Maria Madalena** propôs
216 que a Comissão de Comunicação se reunisse durante o dia para o fechamento de
217 detalhes importantes e necessários do Informativo. **ITEM 3 – APRESENTAÇÃO DO**
218 **PPA PELOS MINISTÉRIOS - 3.1 Ministério do Planejamento –** A senhora **Débora**
219 **Nogueira**, Diretora de Planejamento dos Programas Sociais, do Ministério do
220 Planejamento, fez a apresentação da forma de elaboração e gestão do PPA. Dentre
221 outras questões, contemplou em sua fala: 1 – informações gerais do que se supõe
222 que o PPA possa organizar e efetivar; 2 – a importância do PPA na definição das
223 prioridades e nas respostas aos anseios e carências da sociedade; 3 – o PPA
224 **organiza as principais ações do governo e que este deseja realizar por meios de seus**
225 **programas.** Dessa forma, esclareceu que o PPA 1 – congrega políticas que estão no
226 âmbito dos diversos ministérios do governo federal na perspectiva de implementar
227 uma lógica que conflui as políticas e orienta a implementação e a atuação do governo:
228 2 – propicia o planejamento a médio e longo prazo; 3 – prioriza as ações que tem
229 capacidade de implementação em função de um cenário fiscal dos próximos 4 anos; 4
230 – anualmente, é implementado, de acordo com o orçamento para atender a Lei de
231 Responsabilidade Fiscal; 5 – dá transparência às ações governamentais, na medida

232 em que deixa claro quais são os produtos, quais são as metas, quais são os recursos
233 a serem adotados para cada área de atuação e que podem ser acompanhados,
234 através do *site* do Senado, do Ministério de Planejamento e da Câmara. Disse que o
235 PPA, dentro de sua metodologia, já, em 2000, quando foi instituído, garante
236 visibilidade das ações do governo. A seguir, ressaltou o marco do PPA. Disse que
237 está garantido no art. 65 da Constituição Federal, o qual dá prerrogativa ao Poder
238 Executivo de fazer leis relacionadas à sua instituição, ao orçamento e às diretrizes
239 orçamentárias. Na realidade, o PPA tem vigência de quatro anos e seu primeiro ano
240 de vigência começa no segundo ano do mandato presidencial. Isso foi pensado para
241 que o governo tivesse condições de refletir sobre as ações prioritárias que devem ser
242 incluídas no PPA. Para o PPA 2008/2011 as ações devem ser negociadas até 31 de
243 agosto e a sua aprovação até o dia 22 de dezembro. Disse que a Lei Orçamentária é
244 anual, encaminhada pelo Ministério do Planejamento ao Congresso Nacional para
245 aprovação até o dia 31 de agosto e até o dia 31 de abril será encaminhada a Lei de
246 Diretrizes Orçamentárias, que servirão de base para o orçamento de 2008. Assim, a
247 expositora fez questão de deixar claro que essas leis precisam estar em consonância
248 com o PPA, e sendo assim, não tem como o gestor inventar. Lembrou ainda que o
249 PPA é coordenado pelo Ministério do Planejamento e revisado, anualmente, para se
250 saber quem faz, quem implementa os seus programas, as suas políticas, tudo, enfim
251 tem ter muita transparência e responsabilização legal. Explicou ainda que no PPA: 1 -
252 há gerenciamento das parcerias e citou como exemplo as PPP (Parcerias Público
253 Privado); 2 – o monitoramento e avaliação de suas ações são feitos pelo Ministério do
254 Planejamento e envolve a aplicação de recursos, acompanhamento da execução
255 física na prestação dos serviços. Observou que é uma responsabilidade muito grande,
256 porque são 380 programas para serem acompanhados e avaliados por apenas
257 setenta técnicos do Ministério. Registrou ainda que outro pressuposto que começou a
258 fazer parte do PPA2004/2007, no atual governo, portanto, foi o da participação social.
259 Resumindo o que falou, pode-se entender que o PPA é enviado pelo Governo Federal
260 ao Congresso Nacional a cada 4 anos e é dividido em três partes: a primeira diz
261 respeito às orientações estratégicas do governo que, no caso deste governo, será o
262 Programa de Aceleração do Crescimento/PAC; a segunda trata da parte tática, que
263 são as diretrizes dos ministérios, que devem estar de acordo com as diretrizes
264 definidas pela Presidência da República; a terceira é muito importante, porque se
265 refere à elaboração da programação que define quais são os programas e ações que
266 devem ser desenvolvidas para transformar para melhor a vida das pessoas. As
267 demandas sociais é que vão determinar as ações dessa terceira etapa e um grande
268 desafio, ressaltou, é consolidar a participação social na elaboração e implementação
269 do PPA. Para a elaboração do PPA 2004/2007 houve audiências públicas nos estados
270 para saber se os desafios colocados pelo governo atendiam a necessidade da
271 população. Dos 23 apresentados, depois do debate social, resultaram em trinta. Disse
272 que muitos ministérios já contam com a participação social, como é o caso de
273 Ministério da Saúde, que tem os conselhos de saúde nacional, estaduais e municipais
274 para fazerem o controle social das políticas de saúde. Lembrou que há o interesse do
275 governo federal que essa prática faça parte de todas as áreas. Ao concluir, disse que
276 o acompanhava a técnica **Daniela**, que era responsável pelas questões relativas aos
277 Conselhos. Depois de sua fala, o coordenador dos trabalhos passou a palavra para o
278 representante do Ministério das Comunicações. **3.2. Ministério das Comunicações.**

279 O senhor **Ivan Alexandre Ribeiro** disse que, de acordo com a apresentação da
280 senhora Débora, o PPA é composto de programas e os programas por ações. No
281 âmbito do Ministério das Comunicações, as ações relacionadas às pessoas com
282 deficiência pertencem ao Fundo de Universalização das Comunicações. De acordo
283 com a sua fala, o Fundo foi criado, em agosto de 2000, de acordo com a Lei, para
284 arrecadar recursos para a pessoa com deficiência. Esse Fundo, disse, desde a sua
285 criação, enfrentou problemas de ponto de vista jurídico. Na gestão do ministro Hélio
286 Costa é que o problema foi resolvido. Assim, este ano se pretende investir mais de
287 700 milhões de reais em vários programas sociais. Foi o presidente Lula quem
288 assinou Decreto autorizando a liberação dos recursos do Fundo para a instalação de
289 linha telefônica especial em cerca de 1000 instituições de assistência a pessoas com
290 deficiência auditiva. Esse programa vai beneficiar diretamente três milhões de
291 pessoas. O atual plano geral de metas e universalização obriga as companhias
292 telefônicas a disponibilizar acesso individual a qualquer instituição ou pessoa com
293 deficiência aos serviços de telecomunicações desde que tenham aparelhagem. O
294 Ministério das Comunicações vai prover os equipamentos e as assinaturas. Disse que
295 o maior desafio é organizar as ações do PPA 2008/2011, principalmente, às
296 relacionadas ao Fundo de Universalização das Comunicações. A seguir, foi aberto
297 espaço para as intervenções relativas às duas apresentações. Conselheira **Martinha**
298 **Clarete** cumprimentou os palestrantes, principalmente, a Dra. Débora, que foi muito
299 didática e conseguiu atingir o público leigo. Também o representante do Ministério das
300 Comunicações, na sua opinião, fez uma fala importante. A propósito, lembrou que, em
301 2003, a Anatel fizera um levantamento em todo o Brasil com os movimentos sociais
302 organizados das pessoas com deficiência e, em Londrina, ocorreram demandas para
303 várias deficiências, porém, não houve retorno desse trabalho. Quis saber o que o
304 governo brasileiro exige das empresas que exploram as concessões de
305 telecomunicações e ganham muito dinheiro no Brasil. Conselheiro **José Cláudio**
306 **Barriguelli** agradeceu os palestrantes pela disposição de informar o Plenário sobre
307 temas imprescindíveis para o controle social. Disse que considera importante colocar
308 na pauta da discussão a autonomia dos conselhos. Enquanto outros ministérios têm
309 políticas e programas com definição de responsabilidade nas esferas municipal,
310 estadual e nacional, o da Pessoa com Deficiência ainda não avançara nesse aspecto.
311 Perguntou como seria possível construir o processo de gestão integral com controle
312 social autônomo. Conselheiro **Marcos Bandeira** sugeriu que no PPA houvesse
313 programas voltados para a área da deficiência, porque da forma como são
314 apresentados hoje não facilita essa identificação. Já para o representante do
315 Ministério das Comunicações falou das dificuldades que as pessoas com deficiência
316 têm ao comprar um aparelho de telefone. Assim, disse que os programas
317 governamentais para as pessoas com deficiência devem ter qualidade e atender
318 realmente as suas necessidades. Conselheira **Isabel** falou de sua experiência com os
319 programas do PPA desde 2000 e lamentou dizer que não redundaram em melhoria
320 para os programas. Lembrou que no PPA2000/2003, as ações das pessoas com
321 deficiência faziam parte dos programas multisetoriais, o 065, que incluía todas as
322 ações da Corde, da Secretaria Nacional de Assistência Social e parte das ações do
323 Ministério da Saúde. Esse processo era importante, porque dava uma visão geral dos
324 programas, dos recursos e dos valores em andamento. Explicou que a Secretaria
325 Especial de Direitos Humanos juntou todas ações que dizem respeito à pessoa com

326 deficiência e fez um programa que denominou política nacional para a integração da
327 pessoa com deficiência, mas parece que o Ministério do Planejamento não conhece
328 essa iniciativa. Diferente da questão racial que tem ações transversais, a da pessoa
329 com deficiência não avançou nesse sentido. Não é possível nem conhecer a quantia
330 de recursos que está envolvida nessa área. A propósito do que foi falado, concorda
331 que o controle social deva ser fortalecido. Disse que a Lei 7853 e o Decreto 3298/99
332 determinou que haja o plano de ação integrada. Esse plano só terá sentido se estiver
333 contemplado no PPA. Não sendo assim, o PPA estará divorciado da realidade
334 brasileira, especialmente, da pessoa com deficiência. Nesse sentido, perguntou qual
335 era o prazo que havia para a realização do Seminário das Ações Integradas, que
336 contaria com a participação do Ministério do Planejamento para orientar como
337 contemplar a política da pessoa com deficiência no PPA2008/20011. Nessa
338 perspectiva, perguntou se alguém do Ministério do Planejamento poderia ajudar, no
339 seminário, a desenvolver os indicadores da política. Em relação ao Ministério das
340 Comunicações, mais especificamente, ao questionamento feito pela conselheira
341 Martinha, disse que o Decreto fora um trabalho direto feito pela Secretaria de Direitos
342 Humanos, inclusive, à parte que diz para que se mantenha contato com a sociedade
343 para fazer o cadastramento das associações de pessoas com deficiência auditiva, que
344 serão os primeiros beneficiados. Para isso, todas as entidades foram consultadas
345 para ver se aderiam ou não a proposta. Quanto ao pagamento da tarifa base de
346 telefonia, disse que a luta continuava. Informou que não era mais 2% de adaptação do
347 total geral, e sim 2% por cada deficiência. Para finalizar, quis saber se estavam
348 usando o recurso do Fundo de Universalização. O representante do Ministério das
349 Comunicações disse que a Anatel era gestora dos programas do Fundo de
350 Universalização das Comunicações, por isso, encaminharia todas as perguntas a esse
351 respeito à Agência Nacional de Telecomunicação, embora muitas tenham sido
352 respondidas pela conselheira Isabel. Como ficou faltando a questão dos telefones
353 celulares, solicitou que a conselheira lhe encaminhasse um e-mail com pergunta
354 específica que o encaminharia a Anatel. Adiantou que até poderia ser criado um
355 telefone celular com todas as especificidades para atender na sua plenitude as
356 pessoas com deficiência. A senhora **Débora** reconheceu a dificuldade de se instituir
357 ações transversais dentro do PPA e um outro desafio, na sua compreensão, era
358 instituir efetivamente a participação social, ainda que fosse um desejo do governo
359 federal. Seria necessário que houvesse no PPA uma política de assistência social.
360 Citou ainda casos de programas que deram certos e outros que não. Na questão da
361 transversalidade, reconheceu a dificuldade de ser estabelecida na sua plenitude,
362 porque exige integração das políticas e das pessoas. Também, reconheceu que era
363 muito difícil instituir indicadores, uma vez que a estrutura do Estado é setorializada.
364 Citou como exemplo o MEC que tem um programa de ensino médio e quem executa é
365 o estado ou município. Observou que se poderiam estabelecer outros parâmetros de
366 indicadores de riqueza que não seja o PIB. Na verdade, ficou claro que a
367 transversalidade, a construção de indicadores e a participação social são questões
368 importantes na difícil construção do PPA. Conselheira **Isabel** interveio para saber para
369 saber que tempo o CONADE teria para formular e trazer para o Plenário um conceito
370 de desenvolvimento inclusivo baseado em estudos internacionais. Isso não significa,
371 na sua opinião, incluir nos programas apenas as pessoas com deficiências e sim
372 colocar em cada programa as pessoas que dele necessitam. Conselheira **Ana Maria**,

373 depois de falar de outras questões, quis saber de que forma se poderia inserir ações
374 das pessoas com deficiência no PPA. Disse que a Comissão de Política precisa de
375 outros momentos para fazer uma melhor discussão para ver de que maneira o
376 Conselho poderia cumprir esse papel que consta do seu Regimento. O Conselho está
377 aberto a essa discussão e discutirá quantas vezes forem necessárias. Com certeza,
378 disse, o Plenário, após compreender bem o processo do PPA, contribuirá com a sua
379 formulação. Conselheira **Maria Madalena** quis saber, objetivamente, da Dra. Débora
380 quais seriam os impactos do PPA no Programa de Aceleração do Crescimento e,
381 dentro deste, quais são as ações voltadas para as pessoas com deficiência.
382 Conselheiro **Messias Tavares** perguntou ao Dr. Ivan, considerando que o CONADE
383 tem como objetivo disseminar informações junto aos conselhos municipais e
384 estaduais, como o Fundo de Universalização das Comunicações poderia contribuir
385 para a construção de uma rede de conhecimento e informações. Também, solicitou
386 esclarecimento aos palestrantes sobre os aparelhos de viva voz. Conselheiro **José**
387 **Cláudio Barriguelli** fez alusão ao que disse a conselheira Isabel, quando falou sobre
388 o desenvolvimento inclusivo como ponto de reflexão para o PPA e do planejamento de
389 ações para pessoas com deficiência e defendeu com pontos importantes a
390 transversalidade e a atenção integral à saúde das pessoas com deficiência.
391 Considerou necessário que os conselheiros conhecessem o marco legal que rege os
392 programas e ações para que pudessem exercer o controle social com efetividade.
393 Como as perguntas foram dirigidas aos dois palestrantes, as respostas serão dadas
394 enquanto mesa. O Dr. **Ivan** manifestou-se para dizer que as intervenções, na sua
395 maioria, foram para a Anatel, razão pela qual, estava impossibilitado de responder,
396 mas prontificou-se a encaminhá-las àquele órgão e dar o devido retorno. Conselheiro
397 **Mauro Pena** disse que esperava, na manifestação do representante do Ministério das
398 Comunicações, que houvesse esclarecimentos sobre as novas tecnologias ligadas à
399 informática, e aos programas viva-voz, que pudessem auxiliar as pessoas com
400 deficiência. Dra. **Débora** concordou com as falas dos conselheiros José Cláudio
401 Barriguelli, Isabel e Ana Maria. Com relação à intervenção da conselheira Madalena,
402 disse não ser a pessoa indicada para discorrer sobre o PAC, porque atua na área
403 social do Ministério do Planejamento. Porém, garantiu que o eixo principal do
404 programa de governo era o desenvolvimento com distribuição de renda e o PAC fora
405 pensado nessa direção. Preocupa-se com a redução das desigualdades regionais, o
406 que é um bom exemplo de orientação estratégica. Disse, ainda, que em linhas gerais,
407 março e abril são meses de definição das diretrizes ministeriais, e maio já parte para a
408 elaboração da programação e agosto, a consolidação de todo o processo.
409 Comprometeu-se enviar as datas assim que estivessem definidas. O Presidente do
410 Conselho e coordenador dos trabalhos agradeceu a presença dos debatedores dos
411 ministérios da Comunicação e do Planejamento. **3.3. Ministério do Trabalho e**
412 **Emprego** – Conselheiro **Rogério Reis**, disse que o PPA no Ministério do Trabalho
413 tem 11 programas com diversas ações, porém, nenhuma específica para as pessoas
414 com deficiência. Quatro atividades perpassam as pessoas com deficiência, uma delas
415 é a fiscalização, de acordo com a Lei 9213, das pessoas com deficiências nas
416 empresas com mais de 100 empregados. Disse que o controle dessa ação vem sendo
417 feito desde 2005 e já tem 19978 pessoas com deficiência inseridas no Sistema do
418 Ministério do Trabalho, tudo isso, por ação da fiscalização. Reconheceu que há
419 regiões que não tem estrutura suficiente para se fazer uma fiscalização. Lembrou que

420 no Brasil existem 1179 postos que podem fazer o cadastramento e encaminhar as
421 pessoas com deficiência para o mercado do trabalho e desses postos, 700 estão
422 informatizados. Disse que tem ações que estão sendo realizadas e não se encontram
423 no PPA. Informou que o orçamento do Ministério do Trabalho é de 35 milhões, porém,
424 97% desse valor correspondia a despesas obrigatórias do Ministério. 8,5 milhões vão
425 para o BNDES, 11 milhões, 763 mil vão para o seguro desemprego e 3 milhões, 837
426 mil vão para o abono salarial. Sendo assim, disse, parece que o Ministério do
427 Trabalho tem um orçamento muito grande para administrar, o que não é verdade. A
428 seguir, passou a palavra para a conselheira **Eunice**, que esclareceu não ser
429 especialista em orçamento, porém, conhecia ações no Ministério do Trabalho, que
430 tinham foco nas pessoas com deficiência. Entre outras questões, disse que: 1 – o
431 relatório de avaliação do PPA/2006 não estava concluído; 2 – o PPA2008/2011 está
432 em processo inicial de construção; 3 – o Ministério vem desenvolvendo várias ações
433 de combate à discriminação, como, por exemplo, o **Programa Brasil Gênero e Raça**; 4
434 - a idéia é colocar no PPA2008/2011 ações de inclusão social, para que tenham
435 orçamentos garantidos; 5 - no PPA2004/2007 foram usados recursos da Secretaria
436 Executiva do Ministério para cursos de formação, em virtude de não se ter dotação
437 orçamentária para esse fim; 6 – há preocupação com a transversalidade das ações; 7
438 – quando as empresas ofertam vagas para pessoas com deficiência, elas são
439 encaminhadas para as respectivas empresas; 8 – há realização de convênios como o
440 que está sendo concluindo o relatório sobre a pesquisa metodológica de qualificação
441 dos trabalhadores com deficiência e o do **Acesso Brasil** sobre qualificação
442 profissional.; 9 – dentro dos programas de inclusão social sempre são inseridas as
443 pessoas com deficiência; 10 – em 2006, as empresas ofertaram 34163 vagas
444 exclusivas para deficiente e foram colocados 7 mil. Conselheiro **Adilson Ventura**
445 sugeriu que houvesse as intervenções, após cada apresentação, considerando que os
446 enfoques eram diferentes. Conselheiro **Flávio** concordou que o debate fosse feito
447 separado. Conselheiro **Marcos Bandeira**, ao contrário, considerou importante que o
448 debate ocorresse depois de todas as apresentações. **Não havendo consenso no**
449 **Plenário, conselheiro Alexandre Baroni, presidente do Conselho e coordenador**
450 **da mesa, encaminhou para votação as duas propostas: 1 – que houvesse as**
451 **apresentações dos ministérios sobre o PPA e depois fossem feitas as**
452 **intervenções dos conselheiros; 2 – que, após cada apresentação dos**
453 **ministérios sobre o PPA, fossem feitas as intervenções dos conselheiros.**
454 **Venceu a proposta 2.** Conselheira **Martinha Clarete** disse que tinha dificuldade de
455 encaminhar pessoas com deficiência para o mercado de trabalho, porque não há
456 pessoas preparadas para operar o sistema, também não há acompanhamento nesse
457 sentido. Perguntou se o governo federal teria como obrigar que esse órgão
458 organizasse e operasse um sistema de encaminhamento e acompanhamento do
459 trabalhador com deficiência no mercado de trabalho. Observador **Ricardo Tadeu**
460 lembrou que estava para ser publicado o manual de fiscalização do trabalho,
461 elaborado pelo Ministério Público, em parceria com o Ministério do Trabalho, e nesse
462 manual se está estimulando as parcerias entre empresas e ONGs e empresas e
463 sistemas **AS** e ONGs. Nessa linha, quis saber como estavam essas ações no
464 Ministério do Trabalho. Conselheiro **Rogério Reis** perguntou se passou pela
465 assessoria do Ministério do Trabalho um projeto de lei sobre a previsão de reserva
466 nos fundos do FAT para atendimento às pessoas com deficiência. Em caso afirmativo,

467 solicitou informação sobre esse encaminhamento. Também perguntou se havia
468 comunicação entre a Secretaria de Fiscalização e a Secretaria de Política e Emprego.
469 Conselheiro **Marcos Bandeira** disse que a sua preocupação era saber o número de
470 deficientes físicos e o número de deficientes físicos que são aproveitados nos
471 programas do Ministério do Trabalho e por fim, perguntou da relação do Ministério do
472 Trabalho com o ICP. Conselheiro **Adilson Ventura** lembrou que o Ministério do
473 Trabalho é muito ausente no processo de inclusão social das pessoas com
474 deficiência, tanto que chamou a atenção para o fato de haver 35 mil vagas no
475 mercado de trabalho para as pessoas com deficiência e só 7 mil são ocupadas. Isso
476 ocorre pela falta de qualificação de mão de obra, sem falar que as empresas são
477 pressionadas para que preencham essas vagas e não é possível preenchê-las se não
478 existem profissionais capacitados. Sugeriu que o Ministério do Trabalho crie um setor
479 de capacitação profissional para atender as especificidades das pessoas com
480 deficiência. Nesse sentido, disse que falara com três ministros, até o ministro Marinho,
481 e até agora nada aconteceu. Conselheiro **José Cláudio Barriguelli** cumprimentou os
482 palestrantes e colocou a necessidade de se estabelecer um perfil de cada ramo de
483 produção no setor de serviços, de se saber quais eram as habilitações requeridas e o
484 número de empregos que poderia ser gerado na política de cotas para a pessoa com
485 deficiência. Enfim, que se soubesse o perfil das habilidades requeridas. Conselheiro
486 **Carlos Ajur** disse ser importante estabelecer políticas de preparação e qualificação
487 de mão de obra da pessoa com deficiência. Por isso, em razão de outros ministérios
488 já estarem fazendo isso, sugeriu que fossem organizadas e realizadas oficinas e
489 câmaras técnicas para discutir o assunto. Se há recursos e legislação, precisam ser
490 realizadas essas ações. Conselheiro **Flávio Henrique** ressaltou que não existe
491 “patrão bonzinho”. Se as empresas estão cumprindo a cota é porque estão sendo
492 fiscalizadas pelo Ministério Público. A propósito, perguntou como poderiam ser
493 incluídas as propostas do Ministério do Trabalho no PPA e como estava sendo tratada
494 a precarização do trabalho da pessoa com deficiência em São Paulo, em razão da
495 diminuição das cotas pelo Ministério do Trabalho. Por último, fez referência às
496 instituições que usam a pessoa com deficiência para receber verbas públicas. A
497 seguir, o coordenador da mesa cedeu a palavra para o conselheiro **Rogério** e a
498 conselheira **Eunice** para que pudessem responder os questionamentos. Conselheiro
499 **Rogério Reis**, disse que se ateria a questão técnica. Sugeriu que a conselheira
500 Martinha Clarete encaminhasse uma denúncia formal ao Ministério do Trabalho sobre
501 o objeto de sua intervenção. Disse que não há no Ministério um programa de
502 qualificação da pessoa com deficiência, mas entendia que essa não era uma
503 responsabilidade só do gestor público, os empresários também poderiam desenvolver
504 atividades dessa natureza. Em relação ao projeto de lei, disse que não tinha
505 conhecimento de sua tramitação no Ministério do Trabalho, mas se propôs verificar e
506 dar um retorno ao CONADE. Como disse que não tinha conhecimento do IPC, o
507 conselheiro **Marcos Bandeira** falou que era uma entidade de pessoas com deficiência
508 mais sociedade civil que dava orientação profissional às pessoas com deficiência e
509 mantinha convênio com muitos ministérios para colocá-las no mercado de trabalho.
510 Conselheiro **Rogério Reis** observou que era contra a inserção de pessoas com
511 deficiência no mercado do trabalho através de empresas como a IPC que não
512 participam de licitações. Para concluir, disse que o Ministério do Planejamento estava
513 fazendo um manual para orientar a questão dos estágios. A seguir, fez uso da palavra

514 a conselheira **Eunice Moraes**, que sugeriu ao CONADE que formulasse os seus
515 pleitos para o Ministério do Trabalho no que diz respeito às pessoas com deficiências.
516 Esclareceu que não disse que sistema **de AS** recebera verba do Ministério do
517 Trabalho, o que dissera foi que esse sistema tem oferecido vagas para as populações
518 vulneráveis, após as delegacias fazerem intermediações. Quem repassa verbas são
519 os estados. Disse que no pacto federativo, o Ministério do Trabalho faz convênio com
520 os estados e municípios e a partir de um edital é que são contratadas as entidades.
521 Concordou que fosse organizado um fórum envolvendo as entidades nos estados.
522 Nesse momento, houve uma intervenção de um conselheiro que não se identificou,
523 para dizer que as empresas, de modo geral, estão fazendo exigências demasiadas
524 para a contratação de pessoas com deficiência. Depois disso, a conselheira **Eunice**
525 **Moraes** registrou que o Ministério do Trabalho jamais pensou em reduzir cotas para a
526 pessoa com deficiência no Estado de São Paulo, o que está ocorrendo lá diz respeito
527 à autonomia do estado. **3.4. Ministério da Educação** – conselheira **Kátia Barbosa**
528 disse que há no Ministério da Educação a Secretaria Especial, que trata da educação
529 de pessoas com deficiência e que a transversalidade das ações é muito importante e
530 necessária, principalmente, na educação especial, que inicia desde que se ingressa
531 na escola até a finalização do curso. Também chamou a atenção para a
532 sensibilização que permeia todas as ações, tanto que foram elaboradas três diretrizes
533 nessa direção: 1 - garantir o direito de todos com igualdade de oportunidades; 2 –
534 assegurar a matrícula dos alunos com necessidades educacionais especiais no
535 ensino regular; e 3 – assegurar a oferta do atendimento educacional especializado.
536 Explicou que o objetivo desse programa é assegurar aos alunos com necessidades
537 educacionais especiais as condições de acesso e permanência com qualidade de vida
538 no sistema educacional brasileiro, na perspectiva de garantir o atendimento
539 educacional especializado, impulsionar e fortalecer a inclusão dos alunos em turmas
540 comuns da rede regular de ensino e de garantir o atendimento especializado. Falou
541 que o Programa 1374 gerencia as ações da educação especial e que: 1 – tem ações
542 de execução direta, de transferência voluntária, como, no caso, o Fundo Nacional de
543 Desenvolvimento; 2 - há convênio com estados e município e ONGs; A segunda ação,
544 0977, de apoio à formação de professor; a terceira ação é a de qualificação para o
545 trabalho, que dos 27 estados, apenas 7 demandaram essa ação, razão pela qual foi
546 feita uma resolução que trata do assunto, e a ação foi estendida também para os
547 municípios; a quarta ação é de formação de gestor para a educação especial, é um
548 programa intensivo no direito à diversidade e está presente em mais de 4200
549 municípios; a quinta ação é de distribuição de material didático específico, como, por
550 exemplo, software para pessoas surdas; a sexta ação é a de distribuição de
551 equipamentos próprios (laboratório de informática, implementação de sala de
552 recursos) para pessoas com deficiência; a sétima é de complementação de
553 atendimento especializado à polideficiência. Além dessas ações, disse que existia
554 recursos para convênio com ONGs, que prestam serviços de atendimento educacional
555 especializado. Tem também um programa para o gerenciamento da política de
556 educação especial do próprio funcionamento da gestão. Falou que, em relação a
557 pulverização dos recursos, em 2003, havia 23 milhões e 500 mil; em 2007, 47
558 milhões, ou seja, quase o dobro de recursos, porque a execução tem sido em torno de
559 99.4%; em 2007, quase 46 milhões. O número de convênios também cresceu. Em
560 2003, o **Ministério da Educação** **563 rojetos** e conseguiu conveniar 180; em 2004,

561 recebeu 1189 projetos e conveniou 350; em 2005, recebeu 1232 projetos e conveniou
562 714. Ressalvou que todo esse volume de trabalho fora desenvolvido com a mesma
563 equipe (seis técnicos). Em relação à evolução do PPA, disse que, em 2003, apenas
564 duas Secretarias de Educação apresentaram projetos; em 2005, foram apresentados
565 20 projetos e conveniados 20; em 2006, foram apresentados 22 projetos e
566 conveniados 20. Lembrou que os convênios dependem de prestação de contas do
567 município, do estado e das ONGs. Falou, também, da evolução do PPA nas
568 prefeituras; em 2003, houve 451 prefeituras, 196, recomendadas e 116 fizeram
569 convênios; já em 2006, houve 931 prefeituras cadastradas, 468 fizeram convênios. No
570 que diz respeito às ONGs, houve também crescimento na realização de convênios.
571 Em 2006, houve 823 cadastradas e 224 foram conveniadas. As metas das ações são:
572 formação de professores (ensino de Libras para professores, ensino da língua
573 portuguesa para surdos, formação de tradutores e intérpretes, interiorização de Braille,
574 código matemático unificado...) Falou do programa Educar na Diversidade, que
575 trabalha a formação dos professores, de gestores, formação continuada para altas
576 habilidades, superdotação, educação infantil, estimulação precoce nas diversas
577 áreas... Além desse programa, aludiu o de Transtornos Evasivos do Desenvolvimento,
578 que envolve Síndrome de Down e deficiências mentais. Também foi feito em todos os
579 estados um curso sobre disponibilização das tecnologias **assistivas**. Foi feita a
580 distribuição de material didático-pedagógico, principalmente para as escolas básicas.
581 Referiu-se, ainda, ao fortalecimento da educação profissional, às ações integradas, ao
582 programa de educação tecnológica e profissionalização, graduação, especialização
583 em educação especial, graduação com libras, cursos técnicos... Informou que o
584 número de matrícula **com deficientes** aumentou de 6 mil, em 2006, para 54 mil, e que
585 nas 171 escolas públicas, há matrículas para pessoas com deficiência em 54 mil, ou
586 seja, há matrícula para as pessoas com deficiências em 4953 dos 5564 municípios –
587 os que faltam são municípios de pequeno porte. Além dessas colocações, citou
588 muitas outras ações que o MEC desenvolve, demonstrando que é possível mudar
589 uma nação através da educação, principalmente com políticas educacionais
590 inclusivas. Concluída a apresentação, foi aberto o debate. Conselheiro **Flávio Oliveira**
591 quis saber se o MEC tinha alguma informação sobre os cursos de tecnólogos, do
592 ponto de vista de incentivos e acompanhamento e também quis saber sobre a
593 matrícula e a permanência das pessoas com deficiência nos cursos oferecidos pelo
594 MEC. Observador **Ricardo Tadeu** perguntou se havia uma interlocução entre o MEC
595 e o Ministério do Trabalho na questão da educação profissional. Conselheiro **Adilson**
596 **Ventura** disse que gostaria que o Ministério do Trabalho tivesse uma secretaria
597 especial para formação e qualificação de mão de obra de pessoas com deficiência,
598 onde as questões desse grupo fossem tratadas com consideração e prioridade. Deu
599 parabéns ao MEC pelas ações que vem desenvolvendo e pela equipe profissional que
600 lá trabalha. Quis saber se haveria a possibilidade de facilitar a participação das ONGs
601 na realização de convênios.. Em retorno às intervenções, a conselheira **Kátia**
602 **Barbosa** registrou que: haverá a introdução em libras para todas as publicações; o
603 MEC tem sempre a preocupação de estar em contato com as pessoas com deficiência
604 para saber se estão satisfeitas com as ações desenvolvidas; o MEC tem a função
605 complementar em relação aos estados e aos municípios; os dados e as informações
606 para todas as ações vêm do INEP, que, se solicitado com antecedência, disponibiliza
607 a quem tiver interesse; o curso de tecnólogo pertence a Secretaria Tecnológica e

608 Profissional/MEC e tem habilitação em tecnólogo em deficiência auditiva e deficiência
609 visual. Disse que anotou as sugestões relacionadas com a interlocução do MEC com
610 o MTE. Ressalvou que a celebração de convênios com as ONGs segue a risca a Lei
611 8666. Conselheiro **Marcos Bandeira** quis saber se as pessoas com deficiência
612 auditiva dispõem de aparelhos apropriados para assistirem as aulas e, nesse sentido,
613 perguntou quem vai assumir a responsabilidade pelo programa que disponibiliza
614 aparelhos de frequência modulada, já que o Ministério da Saúde considerou o custo
615 muito alto. Conselheira **Kátia Barbosa** explicou que o MEC e MS estão trabalhando
616 em conjunto um projeto piloto que será realizado em algumas salas de aula.
617 Conselheiro **Alexandre Baroni** agradeceu a conselheira Kátia Barbosa e a seguir,
618 chamou a Sra. **Sandra Teixeira**, representante do Ministério de Desenvolvimento
619 Social e Combate à Fome para fazer a sua apresentação. Como tinha que se
620 ausentar, solicitou ao conselheiro José Cláudio Barriguelli para coordenar os
621 trabalhos. **3.5 Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome - A Sra. Sandra**
622 **Teixeira** disse quealaria sobre os programas que integram a Secretaria de
623 Assistência Social. Focalizou, então, em sua fala, dentre outros aspectos relacionados
624 à revisão de 2005, a função da concepção do sistema único de assistência social na
625 lógica do financiamento, refletido na proposta orçamentária de 2006, especificamente,
626 nos programas direcionados a pessoas com deficiência. Disse que, em função da
627 deliberação da Conferência Nacional de Assistência Social, em 2003, foi concebido o
628 Sistema Único de Assistência Social e esse sistema vem sendo pensado em quatro
629 diretrizes. Três delas já estão na Constituição e uma foi introduzida como a política
630 nacional de assistência social, aprovada em 2004. Basicamente essas diretrizes se
631 constituem, na primazia do Estado, implantar um sistema descentralizado, que
632 assegure a participação da sociedade no processo decisório dessa política. Por fim, a
633 diretriz que foi introduzida pela PLNA, diz respeito à construção de um sistema para
634 usuário de assistência social e que são apreciados na SNAS, inclusive, por uma
635 equipe de engenharia e só é aprovado se contemplar as normas de acessibilidade
636 arquitetônica, estabelecidas pela ABNT. Dentro da proteção básica do SUAS, foi
637 incorporado os serviços que estavam na proteção social à pessoas com deficiência, e,
638 nesse sentido, chamou a atenção para o benefício de prestação continuada,
639 direcionado à pessoas com deficiência que tenha renda familiar *per capita* de até ¼ do
640 salário mínimo; o serviço de proteção sócio-assistencial a pessoas idosas, que vai
641 além do benefício de prestação continuada, incorpora os serviços de proteção social
642 básicos às famílias, que são desenvolvidos dentro do CRAS. Lembrou que o grande
643 desafio é avançar na definição das ações que compete à política de assistência social
644 junto à população usuária que tem deficiência. Também foi incorporado no Programa
645 de Proteção Social Básico do SUAS o serviço de proteção sócio assistencial à criança
646 e ao adolescente. Foram feitas capacitações e a concessão de bolsas para jovens em
647 situação de vulnerabilidade social. Atualmente, a Secretaria está trabalhando na
648 implantação da rede SUAS, que envolve sistemas de informação, que trabalham com
649 o SIGSUAS. Isso consiste na implantação de sistemas de informação nos municípios,
650 para que sejam alimentadas as informações sobre a situação de vulnerabilidade social
651 e de riscos da população, dos serviços existentes, das demandas reprimidas, dos
652 segmentos, enfim de todas as informações que possibilitem o conhecimento da
653 realidade. O segundo programa está sob a responsabilidade do SNAS que é o de
654 Proteção Social Especial a Famílias, que consiste basicamente nas atividades de

655 habilitação e reabilitação e que são serviços específicos voltados a pessoas com
656 deficiência. O terceiro programa é o de ratificação do trabalho infantil com a
657 concessão de bolsa e de ações sócio-educativas que, a partir do ano passado, sofreu
658 um processo de integração com a Bolsa Família. Disse que, além desses três
659 programas de responsabilidade da SNAS, existem outros três, que estão sob a
660 responsabilidade de outros ministérios, mas que a gestão é da Secretaria Nacional de
661 Assistência Social. Lembrou também que o Programa de Gestão da Política de
662 Desenvolvimento Social e Combate a Fome, de responsabilidade do MDA, tem três
663 ações da SNAS, que é o apoio à organização do SUAS, capacitação dos agentes
664 públicos, que atuam nessa política e no funcionamento dos conselhos de assistência
665 social. Ressaltou que a distribuição dos recursos é formalizada via convênios e todos
666 os critérios são discutidos e aprovados no Conselho Nacional de Assistência
667 Social/CNAS. Para finalizar, disse que o orçamento executado em 2006 foi assim
668 distribuído: serviço de proteção social básico às famílias: 166 milhões; BPC: 5
669 milhões; renda mensal vitalícia (dentro da proteção social básica): 1 bilhão e 300
670 milhões; proteção social especial nos serviços de proteção social especial às famílias:
671 29 milhões; nos serviços específicos: 70: 8 milhões; nas famílias atendidas: 2 milhões
672 413 mil; pessoas com deficiências incorporadas pelo BPC: 1 milhão e 278 mil; renda
673 mensal vitalícia: 370 mil; os serviços de proteção especial incorporam 176 mil
674 pessoas. Nos dois primeiros anos do PPA, os serviços atendiam 151 mil pessoas com
675 deficiência, já em 2006, passou a atender 176 mil. Como foi introduzida no PPA a
676 lógica do repasse por meio de piso e não mais por programa, possibilitou ao município
677 maior autonomia na gestão dos recursos, por exemplo, o recurso repassado do
678 serviço de proteção social especial pode ser usado para atender pessoas com
679 deficiência, pessoas idosas, crianças ou adultos. Terminada a apresentação, o
680 Coordenador da mesa passou a palavra para o Sr. **Renato**, representante do
681 Ministério das Cidades. **3.6. Ministério das Cidades** - O senhor **Renato** falou sobre o
682 Programa Brasil Acessível. Disse que esse programa é voltado para a construção das
683 cidades e atua no apoio dos municípios, porque o transporte público, o plano diretor, o
684 parcelamento do solo, o código de edificações, tudo é de competência do município.
685 Assim, as ações do Ministério das Cidades se baseiam em apoiar, estimular,
686 capacitar, fomentar e assim por diante. Informou que esse Programa contém ações de
687 publicação do material informativo e de orientação e capacitação, que estão contidas
688 em seis cadernos. O caderno 1 é voltado ao atendimento adequado à pessoa com
689 deficiência; o caderno 2 mostra como se aplica as normas brasileiras de
690 acessibilidade; o caderno 3 fala como se trabalha o plano diretor, o código de obras; o
691 caderno 4 diz como a prefeitura deve se organizar para garantir a acessibilidade; o
692 caderno 5 demonstra a implantação dos sistemas de transportes acessíveis; e o
693 caderno 6 reúne experiências brasileiras de acessibilidade. Falou também do
694 PROMOB, que é um programa de 300 milhões para o financiamento aos municípios;
695 do programa que é coordenado pela CORDE. Lembrou que os recursos de
696 acessibilidade também são de responsabilidade do município. Como outra ação
697 importante, disse que estava prevista a capacitação dos técnicos municipais. Para
698 finalizar informou que esse Programa tem recursos crescentes e que o Ministério das
699 Cidades estava buscando a interlocução com outros ministérios para ações conjuntas
700 e de resultados benéficos para a as pessoas com deficiências. Conselheiro **Marcos**
701 **Bandeira** disse ter dúvidas em relação ao Programa BPC. Queria saber se há algum

702 critério para a pessoa com deficiência ingressar no Programa e qual o critério para ser
703 excluído. Um conselheiro, que não se identificou, solicitou informações sobre os
704 municípios que tinham transporte acessível e qual foi o resultado da pesquisa feita
705 nesse sentido. Conselheiro **Marcos Bandeira** dirigiu a sua intervenção ao Sr. Renato.
706 Disse que tem acompanhado o trabalho desenvolvido pelo Ministério das Cidades e,
707 como falou o palestrante, é um trabalho de natureza complementar ao do município.
708 Porém, em sua opinião, o município não dá o devido retorno. Assim queria saber qual
709 é a cidade que poderia ser citada como exemplo na implantação de todas essas
710 ações que foram citadas na apresentação e que beneficiam as pessoas com
711 deficiência. Em resposta a Sra. **Sandra** informou que, em relação aos benefícios da
712 prestação continuada, existem dois critérios: para inclusão é a renda familiar *per*
713 *capita* de ¼ do salário mínimo e a pessoa com deficiência precisa apresentar um
714 laudo aprovado pelo INSS, porque é um benefício assistencial operacionalizado por
715 esse órgão; para a exclusão é o aumento da renda familiar *per capita*. Lembrou que o
716 Departamento de Benefícios Assistenciais está com um trabalho para discutir a
717 intersectorialidade dos benefícios com as áreas da educação, trabalho, assistência
718 social... Também está discutindo com a CORDE o conceito de deficiência, porque,
719 muitas vezes, se apresenta de forma muito restrita. Sr. **Renato**, sobre a pesquisa,
720 disse que o alvo é os 437 municípios com mais de 60 mil habitantes e a metodologia
721 utilizada para a realização da mesma foi o contato direto, e-mails, telefonemas.
722 Houve mais de 50% de retorno das informações solicitadas e será realizada de 3 em 3
723 anos. Asseverou que há uma mudança de cultura nas cidades no que diz respeito à
724 acessibilidade. É visível a preocupação com a construção de espaços públicos,
725 cuidados com calçadas e coisas do gênero. Para esta questão, disse que o caderno 6
726 mostra 21 experiências bem sucedidas. Observou que na construção de prédios
727 públicos nos municípios a idéia é, por exemplo, em uma escola, que o Ministério da
728 Educação cuide da porta para dentro, e o Ministério das Cidades, da porta para fora.
729 Lembrou ainda que havia ações conjuntas com o Ministério dos Transportes, com a
730 Infraero. Nesse momento, alguém do plenário interveio para saber se havia algum
731 instrumento legal capaz de obrigar os municípios apresentarem projetos na linha do
732 que o Ministério das Cidades propunha. Sr. **Renato** disse que, na verdade, o
733 Ministério das Cidades ajudava os municípios a cumprirem a lei, disponibilizando
734 conhecimentos a respeito. Falou que, neste semestre, haveria uma orientação para
735 que os municípios tivessem uma rubrica de acessibilidade para receber recursos
736 federais, porém, só receberiam os municípios que tivessem investido em
737 acessibilidade. Conselheira **Maria Madalena** perguntou se havia incentivo do
738 Ministério das Cidades aos municípios para a criação de comissões permanentes de
739 acessibilidade. O Sr. **Renato** respondeu que, no caderno 4, havia orientação de como
740 implementar políticas municipais e de como formar comissões permanentes de
741 acessibilidade. A propósito, lembrou que todas as publicações estavam abertas a
742 críticas e sugestões. Depois disso, o coordenado dos trabalhos encerrou esse
743 primeiro dia da reunião. **4.6. Ministério da Saúde** – Conselheira **Sheila Miranda**,
744 primeiro, desculpou-se por não ter feito a sua apresentação, conforme fora pautado.
745 Disse que teve que participar da reunião do Conselho Nacional de Saúde no mesmo
746 horário que seria a sua apresentação. Porém, trouxe um informe alvissareiro: o CNS
747 aprovou a política de ostomizado, com a recomendação de aumento de cobertura e
748 financiamento. A seguir, apresentou o orçamento e a execução financeira das ações

749 voltadas para a saúde da pessoa com deficiência. Antes de falar sobre a execução,
750 disse que essas ações são pautadas na política nacional de saúde da pessoa com
751 deficiência, que foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde/CNS. Então, dentro
752 dessa política, há algumas diretrizes das secretarias estaduais e municipais de saúde,
753 o que resulta num forte direcionamento dos serviços vinculados à organização e
754 coordenação dos serviços de saúde. Nessa política, há diretrizes importantes: a
755 promoção, prevenção da qualidade de vida, sistema de informação, ampliação e
756 fortalecimento dos sistemas de informação, capacitação de recursos humanos,
757 atenção integral e organização dos serviços. Uma parte do recurso do PPA é para a
758 Coordenação desenvolver essa política, e o outro, destinado para outras ações do
759 Ministério. As metas físicas e o financiamento do PPA 2004/2007, com vistas ao
760 desenvolvimento de ações de saúde para as pessoas com deficiência no âmbito do
761 SUS, tem uma ação que é específica para a atenção à saúde das pessoas com
762 deficiência e a justificativa do PPA é a seguinte: faz-se necessário a implantação de
763 políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência,
764 baseada em ações intersetoriais, orientadas por princípios do direito à vida e à
765 liberdade, ao respeito, à dignidade e à inclusão social. O fortalecimento das atividades
766 inerentes ao fortalecimento da política de atenção à saúde das pessoas com
767 deficiência e o apoio aos estados e municípios para a sua implantação e
768 implementação, tem por objetivo assessorar as secretarias estaduais e municipais de
769 saúde para a operacionalização das ações. Para que isso aconteça, são feitas
770 capacitação, em conjunto com o Departamento de Atenção Básica, para os
771 profissionais que atuam no PSF. Falou também das portarias que foram elaboradas
772 para a regulamentação do atendimento das pessoas com deficiência do SUS. Disse
773 que o PPA financia a elaboração e a contratação de consultores para o
774 estabelecimento de normas de funcionamento dos serviços de saúde, e a contratação
775 de terceiros, para o desenvolvimento de estudos, publicação de várias dessas
776 portarias, incluindo alguns estudos epidemiológicos. Nesse sentido, observou ser
777 importante dizer que, nas secretarias estaduais de saúde há um coordenador, ou
778 representante da área da saúde da pessoa com deficiência que executa essa política.
779 O Ministério da Saúde atua, através de pactuação, com os estados e municípios.
780 Outra ação lembrada foi a 8531, voltada para as unidades de serviços de reabilitação
781 e a área técnica deu prioridade às regiões Norte e Nordeste. O objetivo é implantar e
782 ampliar as unidades e as redes de reabilitação, de acordo com as normas
783 estabelecidas pelo MS, e ampliar o acesso dos trabalhadores rurais e urbanos, de
784 pessoas com deficiências e dos idosos para que tenham autonomia e qualidade vida.
785 Depois, falou sobre as ações do PPA. Em 2004 houve apoio do PPA para os estudos
786 epidemiológicos e dos multicentros no Rio de Janeiro para que fossem identificados
787 os índices de violência. Em 2005 houve a ampliação da rede de reabilitação, sendo
788 que já existe em muitos estados. Disse também que, às vezes, o MS é atropelado
789 pelas emendas parlamentares. No ano de 2006 foram implantadas redes de
790 reabilitação e a grande vitória será a implantação dessa ação no Amazonas. O
791 município de São Paulo recebeu recursos para ampliação da rede de reabilitação
792 física e auditiva. Para 2007, as regiões mais carentes serão priorizadas, através de
793 ações articuladas que devem ser realizadas em redes descentralizadas e pactuadas.
794 Nessa perspectiva, disse que são executadas ações de atenção à saúde bucal,
795 implementação da atenção domiciliar para pessoas com dificuldades oncológicas,

796 para pessoas com deficiência... Na área de reabilitação, falou que o Hospital Into/RJ
797 recebeu recursos. Na média e alta complexidade, onde se gastam mais recursos, em
798 2006, disse que foi gasto, em procedimentos de fisioterapia e reabilitação e com
799 órteses e próteses, quase 600 milhões (do PPA). Como meta para 2007, será a
800 adequação da Portaria da tabela de órteses e próteses. Lembrou que foram gastos,
801 nos 8 hospitais da Rede Sara, 500 milhões. Lembrou também dos Programas: de
802 saúde mental, que tem um número significativo de pessoas; da saúde de criança e do
803 adolescente; da saúde da mulher e do idoso; da saúde do trabalhador, de
804 Hanseníase, de imunização. Na questão da intersetorialidade falou de ações que estão
805 sendo realizadas com os Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, do
806 Trabalho. Chamou a atenção para as bases legais que regulam todo o planejamento
807 das ações do SUS: Leis 8080 e 8142 e as Portarias que aprovam o Pacto pela Vida.
808 Ao concluir, disse que fora acordado, na Comissão Tripartite, a política de saúde
809 ocular, pagando-se, assim, uma antiga dívida social com as pessoas com deficiência
810 auditiva. A seguir, foi aberta palavra para o plenário. Observador **Ricardo Tadeu**
811 disse que pelas apresentações ficou claro que o Ministério do Trabalho tem pouca
812 interação com o SUS, e a reabilitação para o trabalho é uma questão importante,
813 porque a lei fala em percentual de cotas. Como não há intersetorialidade nas ações
814 entre o Ministério do Trabalho, MEC e MS, considerou fundamental um pleito do
815 Conselho dirigido ao Ministério do Trabalho para que o núcleo de Combate à
816 Discriminação se especialize mais e crie um núcleo específico para pessoas com
817 deficiência. Disse que não é possível se falar em empregabilidade de pessoas com
818 deficiência sem formação profissional e sem habilitação e reabilitação. Nessa
819 perspectiva, sugeriu ao Presidente do Conselho que encaminhasse ofício ao Ministro
820 do Trabalho fazendo esse pleito. Conselheiro **Messias de Souza** disse que há uma
821 diversidade muito grande na implantação do serviço de reabilitação no país inteiro.
822 Quis saber o que o CONADE poderia fazer para que essa implantação e as
823 demandas dos estados fossem mais efetivas, ou seja, que acolhessem todas as áreas
824 de deficiência. Conselheiro **Marcos Bandeira** solicitou esclarecimento sobre o
825 trabalho das consultorias no MS e por que a unidade de referência do DF ainda não
826 foi implantada. Observadora **Elaine** quis saber como está sendo trabalhada a questão
827 da atividade física na promoção de saúde no MS e quem são os profissionais que
828 fazem esse trabalho. Em resposta a esse bloco de intervenções, a conselheira **Sheila**
829 **Miranda** falou que a proposta de interação entre os ministérios que desenvolvem
830 atividades afins é interessante e sugeriu que o CONADE demandasse essa ação já
831 para ser executada nesse orçamento. Com relação à preocupação de que as ações
832 voltadas para a pessoa com deficiência sejam realizadas, disse que o gestor estadual
833 ou municipal tem a obrigação de cumprir a lei. Entretanto, isso nem sempre acontece.
834 Daí, que é preciso fortalecer o controle social. Disse que está tudo pronto para ser
835 instituída a unidade de referência no DF, porém, isso não acontece, provavelmente,
836 porque esteja faltando vontade política. Sugeriu que, para demandas desse tipo e de
837 outros, os representantes das pessoas com deficiência participassem das reuniões da
838 Comissão Tripartite, porque é lá onde os gestores discutem e pactuam as políticas de
839 saúde. Disse ainda que, no SUS, os serviços de educação física não são uma
840 realidade. Em relação aos consultores, explicou que eles representam, no MS, a
841 sociedade científica. Por exemplo, quando se vai estabelecer uma norma de
842 funcionamento de um serviço de saúde coletiva, quem são consultados são os

843 representantes da ontologia, otorrinolaringologia, fonoaudiologia, audiologia. A seguir,
844 o plenário voltou a intervir. Conselheira **Maria do Carmo** cumprimentou a
845 apresentadora e disse não ter visto nada relativo ao seu estado Sergipe. Perguntou se
846 não existia nenhum trabalho de reabilitação lá. Em não existindo, o que poderia ser
847 feito para que existisse. Conselheira **Valdenora Rodrigues** interveio para dizer que,
848 na questão dos hansenianos, não são pensadas ações de reabilitação, o que é um
849 grande equívoco, porque essas pessoas têm seqüelas múltiplas. Quando se fala em
850 Pacto pela Vida, a Hanseníase aparece como alta prioridade, mas não ponta não. Em
851 sua opinião, o Conselho deveria estar cobrando isso dos gestores. Conselheiro **José**
852 **Cláudio Barriguelli** chamou a atenção para atenção integral à saúde, e, no seu modo
853 de pensar, precisaria ser melhor definido esse conceito. A partir daí, ter-se-ia mais
854 tranqüilidade para entender as políticas setoriais, transversais, sistema único e como
855 tudo isso funciona. Não sendo assim, o usuário ficará sempre reduzido a pequenas
856 políticas, a pequenas ações. As pessoas com deficiência precisam ser tratadas dentro
857 do contexto da saúde integral. Nesse sentido, defendeu uma proposta que envolva
858 ações intersetoriais dos ministérios e no controle social também deve haver
859 interlocução com os conselhos afins. Conselheiro **Mauro Pena** perguntou quantos dos
860 quase seis mil municípios estão sendo atendidos pelos núcleos de reabilitação, se
861 existia algum estudo para determinar o perfil de um hospital que possa desenvolver
862 ações de reabilitação; e o que poderia o CONADE fazer para mudar essa realidade.
863 Conselheira **Sheila Miranda**, em resposta a esse bloco de perguntas, disse que: a) as
864 demandas dos estados não são definidas pelo Ministério da Saúde, e sim pelos
865 respectivos gestores, conselhos e instituições; b) Sergipe é um estado que ainda não
866 tem uma política pública de acessibilidade; c) concorda que a política de saúde
867 envolva ações de reabilitação para os hansenianos e que deva ser cobrado dos
868 gestores essa demanda e mais do que isso, incluída no planejamento do próximo
869 PPA; c) os Conselhos, como órgãos de controle social, precisam ter uma interlocução
870 entre si e com a sociedade, para se fortalecerem e acompanharem a realização de
871 suas demandas junto aos gestores; d) o núcleo de reabilitação física precisa ser uma
872 realidade nacional e não se concentrar em apenas algumas regiões do Brasil; e) para
873 a consolidação dessas ações tem que se buscar estratégias que possam ir além do
874 aumento da tabela de procedimentos, ainda que esta deva ser uma medida de
875 urgência. Voltando às intervenções, conselheira **Ana Maria** fez a sugestão de incluir
876 no bloco das discussões entre ministérios o Ministério de Desenvolvimento Social e
877 Combate à Fome e que se recuperasse o grupo de trabalho ou comissão do CNS, que
878 tratava das questões da pessoa com deficiência. Também lembrou do fórum de
879 articulação das organizações nacionais, onde as questões relativas às pessoas com
880 deficiência podem ser discutidas. Conselheiro **Isaías Dias** tocou no tema reabilitação
881 da saúde do trabalhador e na reabilitação profissional. Nessa linha, quis saber o que o
882 CONADE poderia fazer para que houvesse articulação com os ministérios afins.
883 Conselheiro **Cristiano Torres** falou a respeito das seqüelas dos hansenianos que são
884 citadas como patologias e não como deficiências. No seu modo de ver essa questão
885 precisava ser revista. Conselheiro **Flávio Henrique** colocou três questões, uma
886 relacionada com a importância dos ministérios estarem interagindo nas ações que
887 lhes são comuns; a outra diz respeito à comunicação, que não atende as
888 especificidades da pessoa com deficiência; a última, diz respeito à ordenação jurídica
889 que deixa brechas na interpretação quando se trata da pessoa com deficiência. Para

890 finalizar, concordou com a conselheira Ana Maria, quando esta diz que é preciso levar
891 as questões de saúde das pessoas com deficiência para debates em fóruns
892 adequados. **Em decorrência do debate, foram aprovados os seguintes**
893 **encaminhamentos: 1 – que o Presidente do CONADE oficie o ministério do**
894 **Trabalho para que desenvolva ações, dentro do núcleo de combate a**
895 **discriminação, voltadas à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização**
896 **das pessoas com deficiência; 2 – que o CONADE, através da Comissão de**
897 **Políticas e da Comissão de Orçamento, demande pleitos para os Ministérios do**
898 **Trabalho, da Educação, da Saúde e do Planejamento para que estes formulem**
899 **uma política de atenção integral para a pessoa com deficiência, cujas ações**
900 **devam entrar no PPA2007/2011. ITEM 4 – RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ATOS**
901 **NORMATIVOS** – A conselheira **Aparecida** informou que a Comissão não se reunira
902 extraordinariamente porque não tinha processos acumulados. A seguir passou a
903 apresentar as demandas. **4.1. Edital para Concurso Público** Disse que, para essa
904 questão, o CONADE tinha mais de um parecer para esclarecer a administração
905 pública federal, estadual, municipal, empresa pública e sociedade de economia mista
906 sobre como deve ser o edital do concurso público, no que diz respeito às pessoas
907 com deficiência. Nesse sentido, considerou importante esclarecer os conselheiros,
908 que são os multiplicadores de conhecimento em seus estados e municípios, que em
909 todo edital deve ter a previsão de adaptação das provas, e o pedido de adaptação de
910 provas deve ser requerido pelo candidato, porque a comissão do concurso não tem
911 como detectar essa necessidade. Também, explicou que esse procedimento não
912 significava facilitar o conteúdo da prova para a pessoa com deficiência. No que diz
913 respeito ao edital do TSE, recomendou-se que este reformule e preveja a condição de
914 equipe multiprofissional, para que, durante o estágio probatório, seja avaliada a
915 deficiência e adequação à função. Conselheira **Martinha Clarete** lembrou que as
916 pessoas com deficiência, ao se inscreverem em concursos públicos, devem solicitar
917 além da adaptação para as prova, a reserva de vagas. Conselheira **Aparecida**
918 concordou com a conselheira **Martinha Clarete** de que a reserva de vagas é um direito
919 opcional, portanto, o candidato deve se manifestar a respeito. Encaminhamento:
920 **aprovado o parecer da Comissão que diz que, ao serem realizados concursos**
921 **públicos, conste do edital o pedido de adaptação das provas, e que preveja a**
922 **condição de equipe multiprofissional e que o candidato com deficiência não**
923 **esqueça de solicitar a reserva de vaga, que é um direito opcional. 4.2.**
924 **Associação dos deficientes Visuais do DF:** esta associação solicita, de forma
925 recorrente, que o CONADE intervenha junto ao Governo do DF para que seja mantida
926 a sede que tinham na Rodoviária, antes do início da reforma. Nesse sentido,
927 Comissão é de opinião que a gestão seja feita não só para os deficientes visuais e sim
928 para todas as minorias. Como a rodoviária é um local por onde passa muita gente,
929 que fosse instituído um “espaço cidadania”, com acessibilidade e que pudesse ser
930 utilizado de forma coletiva por todas as comunidades (pessoas com deficiências,
931 negros, homossexuais, indígenas...). Tanto que pudesse servir de modelo para os
932 estados e municípios. Houve, nesse momento várias intervenções de conselheiros.
933 Uns achavam que a demanda deveria ser encaminhada para a CORDE/DF, outros,
934 que o CONADE poderia manifestar-se junto ao governo do DF a respeito da questão.
935 Outros ainda entendiam que parte do encaminhamento era de responsabilidade do
936 CONADE e outra da CORDE/DF. **No final, prevaleceu o seguinte**

937 **encaminhamento: que seja oficiado o governo do DF, a CORDE/DF e o Ministério**
938 **Público do Trabalho, solicitando que a reforma da Rodoviária seja feita na**
939 **perspectiva que garanta a acessibilidade e que seja disponibilizado um “espaço**
940 **cidadania”, onde todas as minorias possam utilizá-lo. 4.3. Revisão da**
941 **caracterização das deficiências.** Este é um tema que a Comissão disse não deter
942 conhecimento técnico-científico para dar um parecer. Há uma discussão, dentro desse
943 processo, para a inclusão da cegueira monocular como deficiência. De acordo com a
944 Comissão essa questão requer um debate científico, jurídico e político. Por isso, a
945 Comissão só trouxe um informe a respeito. Disse que vai continuar estudando o
946 assunto, mas entendia que todas as áreas governamentais também precisavam se
947 inteirar e debater o assunto. Conselheira **Martinha Clarete** chamou a atenção para o
948 fato de os portadores de cegueira monocular não estarem enquadrados no Decreto
949 5296, mas serem tratados como deficientes no momento da empregabilidade.
950 Observador **Ricardo Tadeu** lembrou que, para fins de reserva de vagas, a cegueira
951 monocular é considerada deficiência, diferente disso pensa o Tribunal Superior do
952 Trabalho, porque nega a condição de deficiente ao que tem cegueira monocular. Por
953 essa razão, considerou importante que o Conselho priorize esse debate e tenha
954 posição clara a respeito. Sugeriu que se estudasse a realidade de outros países e se
955 formulasse uma proposta para incluir no estatuto e para propor a mudança do
956 Decreto. Conselheiro **Mário Pena** disse que esse assunto já fora debatido na sua
957 comissão e que esta considerou sim deficiência a cegueira monocular porque perde
958 duas qualidades: **campometria** e a noção de profundidade. Ademais, concordou com a
959 fala de Ricardo Tadeu. Conselheiro **Carlos Ajur** interveio no sentido de solicitar ao
960 plenário muita atenção e cuidado ao rever o conceito de deficiência, haja vista que
961 pode aumentar a população de deficientes e diminuir os recurso. Disse que se não
962 houver critérios rigorosos as patologias podem virar deficiência. **Encaminhamento:**
963 **Como o tema estava em estudo na Comissão, esta incorporará todas as**
964 **preocupações levantadas pelos conselheiros e retornará com o parecer para**
965 **apreciação do pleno. 4.4. Acessibilidade nos espaços bancários** De acordo com a
966 Conselheira **Aparecida**, o assunto continua em diligência. Será solicitado a Febraban
967 e ao Bacen, órgão fiscalizador do sistema financeiro, para que digam quais foram as
968 providências tomadas para sanarem os problemas da acessibilidade nos bancos.
969 Também estender esse questionamento à administração pública, através da CORDE.
970 Assim a Comissão quer estudar o assunto de forma equânime com o setor público e o
971 setor privado. **Encaminhamento: que a Comissão continue estudando o assunto**
972 **para, só depois, o Plenário deliberar a respeito. 4.5. Isenção do ICMS para as**
973 **pessoas com deficiência.** A Comissão informou que o CONADE demandou que
974 fosse feito um levantamento em todos os estados para saber como estava sendo
975 tratada a questão do ICMS Assim, a conselheira **Laís Lopes** se propôs a fazer um
976 estudo criterioso sobre o assunto e este seria distribuído aos conselheiros para
977 apreciação. Explicou que, para este exercício, não era possível aproveitá-lo. Porém,
978 para o próximo exercício sim. Daí que seria preciso o Conselho estabelecer critérios
979 sobre a matéria e encaminhar ao Conselho Fazendário Nacional/Confaz, que reúne
980 todas as secretarias de fazenda dos estados e orienta, através de convênio, a
981 elaborarem as suas próprias legislações. Disse que a pesquisa engloba a legislação
982 do ICMS de cada estado e também do IPVA e IPI. Como a idéia era de apresentar
983 subsídios ao plenário para que deliberasse com conhecimento de causa, solicitou que,

984 ao receberem a pesquisa, lessem e contribuíssem com sugestões. Observador
985 **Ricardo Tadeu** cumprimentou a conselheira pela pesquisa feita, porém, entendia que
986 o ICMS era matéria constitucional de competência exclusiva dos estados. Assim, quis
987 saber de que forma o CONADE poderia influenciar o Confaz. Conselheiro **Flávio de**
988 **Oliveira** quis saber se a conselheira Aparecida tinha dito que, para este exercício,
989 nada se podia fazer para a isenção de ICMS às pessoas com deficiência. A
990 conselheira **Aparecida** disse que fora exatamente isso que falara. Conselheiro **Flávio**
991 **de Oliveira** falou da experiência do estado de Minas Gerais, que institui lei isentando
992 outras categorias de deficientes do pagamento do ICMS e IPI. Assim, considerou
993 interessante que outros estados fossem estimulados a fazerem leis semelhantes.
994 Conselheira **Laís Lopes** disse que se poderia influenciar os estados, mas o Confaz,
995 que é, na verdade, um espaço muito efetivo e importante na política pública fiscal pelo
996 fato de também celebrar os convênios com os estados, seria um espaço onde o
997 CONADE deveria encaminhar e articular as suas demandas sobre o assunto.
998 Conselheiro **Flávio de Oliveira** quis saber se, na pesquisa feita pela conselheira Laís
999 constava a legislação de MG, em não constando, prontificou-se a disponibilizá-la.
1000 Conselheira **Martinha Clarete** disse que não se sentia à vontade para discutir um
1001 assunto que não fazia parte da maioria das pessoas com deficiências. Na sua opinião,
1002 o Conselho deveria discutir a isenção de impostos não só para a compra de carros
1003 como também para a aquisição de computadores, máquina Braille... Lembrou que os
1004 deficientes têm uma situação econômica que, muitas vezes, não lhes permite ter
1005 acesso a muitos bens de consumo, que são necessários para sua sobrevivência e
1006 qualidade de vida. Assim, sugeriu que a proposta fosse ampliada. Conselheira **Laís**
1007 **Lopes** concordou que se fizesse uma discussão mais ampla no Conselho sobre
1008 incentivos e isenções fiscais, porém, lembrou que, dentro dessa perspectiva, os
1009 encaminhamentos deveriam ser para a esfera correspondente. No caso dos impostos,
1010 uns são de responsabilidade da União e outros dos estados, e sendo assim, têm que
1011 serem discutidos nas suas esferas de competência. De toda a maneira, prontificou-se
1012 para contribuir no debate para uma proposta mais abrangente. Conselheiro **Isaías**
1013 **Dias** concordou com a fala da conselheira Martinha Clarete de que o debate deveria
1014 ser mais amplo, envolvendo, por exemplo, o transporte coletivo gratuito. O mais
1015 importante não teria sido discutido na isenção de imposto para a compra de veículos:
1016 o limite da renda, e disse que o Conselho deveria, também, estar discutindo a compra
1017 de carros zeros. Conselheira **Aparecida** lembrou que a conselheira Laís estava com
1018 vistas do processo. Assim, o assunto seria ainda estudado e incorporaria a isenção de
1019 impostos para produtos de ajudas técnicas, como são chamados os usados por
1020 pessoas com deficiência. Por isso, comprometeu-se debater novamente o assunto na
1021 Comissão e trazer ao plenário para um debate qualificado. **Como o tema estava**
1022 **ainda em processo de estudo, incorporaria as contribuições do Plenário e**
1023 **voltaria para apreciação. ITEM 5 – APRESENTAÇÃO DO COMITÊ**
1024 **PARAOLÍMPICO** – O presidente do Conselho, **Alexandre Baroni**, convidou o Sr.
1025 **Severino Vital Neto**, presidente do Comitê para Olímpico Brasileiro, para compor a
1026 mesa e de imediato passou a ele a palavra. **Severino Vital Neto** falou sobre o Comitê
1027 Paraolímpico, contemplando, dentre outros, os seguintes aspectos: a) a estrutura
1028 esportiva das pessoas com deficiência internacional tem como entidade maior o
1029 Comitê Paraolímpico Internacional, que foi instituído 1989; b) o Comitê Paraolímpico
1030 Brasileiro foi criado em 1995; c) o objetivo do Comitê Paraolímpico Brasileiro é ter

1031 interlocução internacional e representação nos eventos internacionais; d) a Lei 10264,
1032 chamada Anelo Piva, transfere recursos das loterias para o esporte brasileiro, um
1033 percentual maior para o Comitê Olímpico Brasileiro e um menor para o Comitê
1034 Paraolímpico; e) em 2004, em Atenas, o Brasil ficou em 14º lugar, entre os 146 países
1035 que competiam; f) uma pareceria com a Caixa Econômica Federal, através dos
1036 produtos das loterias, o Comitê Para olímpico pode participar de atividades no país,
1037 fazer difusão e divulgação do esporte paraolímpico e oferecer melhores condições de
1038 prática esportiva, de treinamento esportivo para os atletas que fazem parte da família
1039 paraolímpica; g) em 2001, cidade do Rio de Janeiro, quando preparou-se para
1040 candidatar-se aos jogos Pan-americanos; h) a organização e a coordenação dos jogos
1041 paraolímpico não tem domínio sobre os jogos do Parapan-americano; o comitê
1042 subsidia nos aspectos técnicos o comitê organizador Rio 2007; i) toda a propriedade
1043 e, a titularidade de negociação de domínio quanto ao marketing, quanto à
1044 organização, divulgação é de titularidade do comitê de organização Rio 2007; j) a
1045 América jamais teve jogos parapan-americanos como a organização que terá agora; l)
1046 a sociedade brasileira precisa compreender o que seja a prática esportiva de
1047 rendimento do esporte paraolímpico, que não é mais de participação, é sim para
1048 ganhar medalhas, para buscar vitórias e conseguir recordes. Para finalizar, registrou a
1049 satisfação de dialogar com o CONADE, para tanto, colocou-se à disposição para
1050 perguntas. Conselheiro **Flávio Oliveira** quis saber de que maneira o comitê
1051 paraolímpico poderia aproximar-se das iniciativas de promoção dos esportes para a
1052 pessoa com deficiência nos estados. Sr. **Vital** disse que o objetivo do Comitê
1053 Paraolímpico é o desenvolvimento da prática esportiva de alto rendimento e todos os
1054 recursos são carreados para atingir esse objetivo. Entretanto, há o interesse
1055 institucional e pessoal de se aproximar de iniciativas que contribuam para a qualidade
1056 de vida da pessoa com deficiência. Conselheiro **Marcos Bandeira** disse que não vê
1057 as academias se voltarem para as pessoas com deficiência. Nesse sentido, quis saber
1058 se havia alguma iniciativa por parte do Comitê. Sr. **Vital** respondeu que o segmento
1059 das academias era totalmente diferente do trabalho que o Comitê desenvolvia, o que
1060 havia sim era uma aproximação com o Condef, o Conselho Nacional de Educação
1061 Física. Disse que esses espaços não focalizam o esporte competitivo, de rendimento,
1062 como é o caso do Comitê. Conselheiro **Adilson Ventura** quis saber quantas
1063 modalidades e quantos atletas participariam do Parapan-americano. Sr. **Vital**
1064 respondeu que serão 10 modalidades esportivas: atletismo, basquetebol em cadeira
1065 de rodas, futebol de cinco, praticado por cegos, futebol de 7, praticado por paralisados
1066 cerebrais, alterofilismo, judô, natação, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas e
1067 voleibol sentado, e a previsão é de que 1300 atletas participem. Conselheira **Ritamaria**
1068 **Aguiar** disse reconhecer a importância do esporte para a pessoa com deficiência e
1069 também a importância das Loterias da Caixa de contribuir financeiramente. Assim,
1070 agradeceu as informações trazidas pelo palestrante. Sr. **Vital** reconheceu que as
1071 Loterias da Caixa têm contribuído significativamente com o esporte paraolímpico, e
1072 ressaltou que Presidente da República também tem dado muito apoio. Conselheiro
1073 **Messias Tavares** perguntou se o Comitê Paraolímpico cuidava apenas do esporte de
1074 competição e se o palestrante poderia informar sobre a questão de como as
1075 associações poderiam participar do trabalho de fomento para a formação de futuros
1076 atletas, promovido pelo Ministério dos Esportes. Sr. **Vital** disse que o Ministério dos
1077 Esportes tinha programas de fomento, mas o grande problema que o Brasil enfrentava

1078 era o financiamento, e estava acreditando firmemente que, com a aprovação da lei de
1079 incentivos fiscais ao esporte, as associações possam ser atendidas na medida das
1080 suas necessidades. Conselheiro **Márcio Aguiar** admitiu que o esporte é uma forma
1081 muito importante de dar visibilidade a pessoa com deficiência, por isso desejou saber
1082 se existia alguma proposta do Comitê Paraolímpico na questão do fomento e se havia
1083 a possibilidade de vincular com a área do esporte a questão da acessibilidade. Sr.
1084 **Vital** informou que o Comitê tinha sim projeto, até por uma questão legal, é obrigado a
1085 aplicar parte dos recursos que recebe no esporte escolar. Nesse sentido, há um
1086 projeto chamado “O Paraolímpico do Futuro”, que é um projeto que visa trabalhar o
1087 profissional de educação física, que esteja em sala de aula em escola regular. Iniciou
1088 no ano passado, quando foi implantado em cinco estados, neste ano será levado a
1089 mais treze, até chegar a todos os vinte e sete estados. Conselheiro **Isaías Dias** disse
1090 que não tinha conhecimento de que o Comitê Paraolímpico se envolvesse com a
1091 discussão sobre a integração da pessoa com deficiência dentro da sociedade, ficando
1092 voltado somente para o esporte de alto rendimento. Nessa perspectiva, quis saber de
1093 que maneira o Comitê poderia integrar-se às lutas gerais das pessoas com
1094 deficiências. Sr. **Vital** explicou que o Comitê fora instituído para atender uma
1095 determinação do Comitê Paraolímpico Internacional, que é de gerir um esporte de alto
1096 rendimento. Porém, há diversas entidades que desenvolvem lutas em prol da pessoa
1097 com deficiência. Conselheiro **Flávio Henrique** fez duas perguntas: seriam
1098 credenciadas novas modalidades de esportes paraolímpicos, como, por exemplo,
1099 bicicross, montanbike; a segunda, que o palestrante comentasse a filosofia do esporte
1100 paraolímpico do ponto de vista nacional e internacional. Para concluir, desejou saber
1101 porque não era realizada apenas uma olimpíada ao invés de duas. Sr. **Vital**
1102 respondeu que o programa paraolímpico internacional de esportes de verão é
1103 composto de 20 modalidades, e o modelo de ingresso de modalidades é o mesmo do
1104 Olímpico: tem que ter a prática em mais de três países, nos cinco continentes e um
1105 número de participantes. A questão de as olimpíadas (olímpicas e paraolímpicas) não
1106 serem realizadas juntas, disse não ser recomendável, porque têm tempos diferentes.
1107 Há também que ser considerada o aspecto da mídia comercial. Disse que defende
1108 que sejam realizadas separadas, porém, que as oportunidades sejam as mesmas
1109 para uma e para outra. Conselheira **Lais** comentou sobre a possibilidade de se
1110 estabelecer vínculos entre o esporte e campanhas de conscientização dos direitos da
1111 pessoa com deficiência. Perguntou sobre a possibilidade de ser incluída a vela como
1112 modalidade do Parapan. Sr. **Vital** disse que já havia falado a respeito dos critérios de
1113 inclusão de novas modalidades de esporte nas paraolimpíadas, e que a participação
1114 em campanhas sociais o comitê ainda não fora demandado a opinar a respeito.
1115 Conselheiro **Messias de souza** perguntou se o Programa Paraolímpico do Futuro
1116 envolvia as escolas públicas e as particulares. Sr. **Vital** respondeu que esse Programa
1117 envolvia a rede regular de ensino, ou seja, escolas públicas e privadas. Conselheiro
1118 **Eduardo** quis saber, dentro do contexto do atleta do futuro, como os jovens com
1119 deficiência terão oportunidades de formação se os investimentos estão voltados para
1120 os grandes records e as grandes marcas. Sr. **Vital** lembrou que o Programa
1121 Paraolímpico do Futuro está voltado para os professores de educação física para que
1122 tenham condições de levarem orientações e abrirem possibilidades para os alunos
1123 que demonstrarem vontade de serem atletas. Lembrou que na Região Nordeste, mais
1124 especificamente, na cidade de Natal, será realizado um evento aberto para todos os

1125 atletas que quiserem participar. Conselheiro **Isaías Dias** quis saber qual era o valor da
1126 verba pública que o Comitê recebia anualmente, e se os membros do Comitê já
1127 discutiram com as suas entidades a possibilidade de mudança do perfil dos comitês
1128 paraolímpicos, para que possam participar das lutas de inclusão social das pessoas
1129 com deficiência. Sr. **Vital**, em primeiro lugar, reafirmou o objetivo do Comitê que é de
1130 investir no esporte de alto rendimento, e a questão de participar nas lutas de inclusão
1131 social das pessoas com deficiência, mereceria um debate maior. Observou que a Lei
1132 Agnaldo Piva destina 2% da arrecadação das loterias para o esporte olímpico e 85%
1133 desse percentual ao Comitê Olímpico e 15% do mesmo percentual ao Comitê
1134 Paraolímpico, o que gira em torno de 12 milhões de reais ao ano. Conselheiro **José**
1135 **Cláudio Barriguelli** fez uma solicitação no sentido de que o CONADE pudesse
1136 participar da comissão de abertura do Parapan e que os conselheiros pudessem estar
1137 premiando atletas e que esses créditos fossem colocados no sistema de comunicação
1138 para dar visibilidade ao Conselho. Sr. **Vital** falou que todo o cerimonial era de
1139 responsabilidade do CoRio, porém, levaria essa demanda até essa instância.
1140 Conselheiro **Alexandre**, presidente do Conselho, agradeceu a presença do Sr. Vidal e
1141 disse que o CONADE, sempre que precisar, vai recorrer ao Comitê Paraolímpico e
1142 desejava que a recíproca fosse verdadeira. Sr. **Vital** também agradeceu a
1143 oportunidade de dialogar com o Conselho, onde foi possível trocar experiência, obter
1144 informações valiosas e discutir conceitos e posições. **ITEM 6 – RELATÓRIO DA**
1145 **COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO DE CONSELHOS** – Conselheira **Martinha Clarete**,
1146 inicialmente, agradeceu os conselheiros José Cláudio Barriguelli e Ana Maria pela
1147 contribuição no trabalho da Comissão. Depois, apresentou a proposta de capacitação
1148 de conselheiros a ser realizada nos estados, através de seminários. A idéia é atingir
1149 1550 conselheiros. Nessa perspectiva, falou da justificativa, dos objetivos, do número
1150 de participante em cada seminário, os locais e as datas onde os mesmos seriam
1151 realizados. Falou também do material que seria utilizado, como no caso, a cartilha,
1152 que sofrera revisão e já fora encaminhada à CORDE, solicitando a impressão
1153 imediata. Após, apresentou a proposta de programação do 1º Encontro Nacional de
1154 Conselhos Estaduais e Municipais, a ser realizado em dezembro, em Brasília, com a
1155 previsão de 400 participantes. Concluída a sua apresentação, foi aberto para o
1156 debate. Conselheiro **João Carlos** interveio para saber se, no segundo dia da proposta
1157 de programação do 1º Encontro Nacional de Conselhos, não estava previsto uma
1158 mesa-redonda com o CONADE. Conselheira **Martinha Clarete** respondeu que estava
1159 sim prevista a mesa de controle social, com a presença do Conselho. Conselheiro
1160 **Messias Tavares** quis saber se, em relação aos palestrantes, estes já foram
1161 escolhidos, e se seriam encaminhados subsídios para nortear as suas falas, haja vista
1162 as diversidades e especificidades de cada região. Conselheira **Martinha Clarete** disse
1163 que o material a ser usado era a cartilha com as diretrizes de criação dos conselhos,
1164 que já tinha sido revisada e um material apostilado de legislação complementar, e os
1165 palestrantes ainda não estavam definidos. Conclamou a todos os conselheiros a
1166 contribuírem para a realização dessas duas importantes demandas. Conselheira **Kátia**
1167 **Barbosa** levantou preocupação com a data de realização do seminário no RJ, já que,
1168 em junho, seriam realizados os jogos Pan-americanos. Também solicitou
1169 esclarecimento quanto à realização do seminário na Região Norte, se entendera bem
1170 seria um na capital de cada estado. Conselheira **Martinha Clarete** disse que, depois
1171 de uma reflexão, a Comissão definiu essa data e achou importante, dada a realidade

1172 da Região Norte, que fosse feito um seminário na capital dos estados. Um conselheiro
1173 ou conselheira que não se identificou, perguntou se esses eventos seriam
1174 coordenados pela Comissão de Articulação. Conselheira **Martinha Clarete** respondeu
1175 que a idéia era a Comissão coordenar todo o processo com a participação de todos os
1176 conselheiros. Conselheira **Kátia Barbosa** quis saber quais eram os recursos previstos
1177 para esses eventos. Conselheira **Martinha Clarete** respondeu que não havia recurso
1178 garantido. Essa etapa, depois de aprovada a proposta no Conselho, seria negociada
1179 com as esferas competentes. Conselheiro **Cristiano** disse que a definição dos
1180 palestrantes só pode ser feita depois dos respectivos contatos com os indicados.
1181 Conselheira **Aparecida** observou que a estratégia de conclamar a todos para
1182 participarem não funcionava. As atividades deveriam ser definidas e já constarem os
1183 nomes dos responsáveis por cada uma. Conselheira **Martinha Clarete** disse que a
1184 Comissão tinha pensado primeiro fazer contato com as regiões envolvidas, acertar os
1185 detalhes para depois acertar com os conselheiros as responsabilidades. Conselheira
1186 **Isabel** chamou a atenção para o número dos eventos e, em razão do
1187 contingenciamento no orçamento, sugeriu que os seminários fossem feitos em
1188 parceria com os estados e estes comesçassem pela Região Norte, que era a mais
1189 necessitada. Conselheiro **Flávio Henrique** disse que havia coerência na fala da
1190 conselheira Isabel, e que se houvesse necessidade, se poderia recorrer ao Comitê
1191 Paraolímpico, uma vez que recebia 12 milhões. Sugeriu que, além das parecerias com
1192 os estados e municípios, se procurasse também com as empresas, como, por
1193 exemplo, a Fenabran. Concluiu, dizendo que, se o CONADE com a CORDE,
1194 realizarem 70% de toda a proposta, seria uma grande avanço para o fortalecimento do
1195 controle social. Conselheira **Martinha Clarete** falou que o desejo era de realizar 100%
1196 de tudo que fora pensado e apresentado, até para que fosse garantido nos estados o
1197 princípio da equidade. Lembrou que esse era um trabalho de todo o Conselho.
1198 Conselheiro **José Cláudio BARRIGUELLI** fez uma fala no sentido de chamar a atenção
1199 para o fato de o Conselho ter competência para formular e discutir ações para o
1200 fortalecimento do controle social, como, no caso, as capacitações dos conselheiros.
1201 Entretanto, a questão do provimento dos recursos competia ao gestor. Assim, seria
1202 necessário o Conselho pensar formas de como poderia sentar e negociar a
1203 possibilidade de liberação de recursos para a realização desses projetos. Conselheira
1204 **Kátia Barbosa** preocupou-se com todas as ações que precisavam ser feitas para a
1205 realização desses eventos, tanto que entendia que a Comissão precisaria se reunir
1206 para fazer uma série de encaminhamentos. Também lembrou do fator de passagens
1207 que segue trâmites legais e administrativos. Nessa perspectiva, quis saber como
1208 resolver tudo isso. Conselheiro **Adilson Ventura** quis saber qual era o orçamento
1209 previsto, inclusive, já para o 1º Seminário que será realizado em 27 e 28 de abril.
1210 Conselheira **Martinha Clarete** disse que não fora feito orçamento geral dos eventos,
1211 porque a idéia era desencadear o processo de buscar parcerias e recursos públicos
1212 após a apreciação da proposta pelo plenário. Nesse momento, um conselheiro se
1213 manifestou para dizer que era muito importante que constasse da proposta uma
1214 previsão orçamentária, e a partir disso buscar-se-ia as parcerias e as gestões por
1215 recursos públicos. Conselheiro **Carlos Ajur** chamou a atenção para o fato dessas
1216 ações serem um compromisso do CONADE, haja vista que deliberou a respeito.
1217 Sendo assim, caberia apresentar o projeto à apreciação do Secretário de Direitos
1218 Humanos. CONADE e Corde não poderiam um ficar inviabilizando o outro. Por isso,

1219 sugeriu que o presidente do Conselho, s a coordenadora da Comissão de Articulação
1220 de Conselhos e a conselheira Isabel fossem negociar o projeto com o Secretário.
1221 Conselheiro **Flávio Henrique** concordou com os conselheiros José Cláudio Barriguelli
1222 e Carlos Ajur e estranhou o fato do conselheiro Adilson Ventura, que também participa
1223 da Comissão, não ter colocado todas as questões que, naquele momento, estava
1224 colocando, durante a reunião da Comissão e frisou que esse assunto era de
1225 responsabilidade de todo o Conselho. Conselheiro **José Cláudio Barriguelli** disse
1226 que desejaria dialogar com o plenário no sentido de que se refletisse sobre as
1227 competências do Conselho. Na sua opinião, o executivo, ao receber a proposta, teria
1228 que se manifestar a respeito, dizendo se era possível atender no todo ou em parte as
1229 ações nela contidas. O caminho, por isso, deveria ser a negociação. Conselheiro
1230 **Fernando Ribeiro** concordou com o conselheiro Adilson no que diz respeito a constar
1231 do projeto apresentado pela Comissão de Articulação de Conselhos uma estimativa
1232 de custos. Conselheira **Isabel** também defendeu que houvesse uma estimativa de
1233 custos para a realização dos seminários e do encontro, caso contrário, não poderia
1234 votar favorável. Conselheiro **Flávio Oliveira** concordou com as intervenções dos
1235 conselheiros Adilson, Isabel e Carlos Ajur. Conselheiro **Messias Tavares** conclamou
1236 à conselheira Martinha Clarete a não desanimar, porque fez o que tinha que ser feito.
1237 Nesse sentido, disse que a Região Nordeste, ainda que seja uma das regiões mais
1238 pobres do Brasil, assumiria a responsabilidade de realizar lá o seminário, desde que o
1239 CONADE assumisse a responsabilidade de enviar os conselheiros nacionais
1240 necessários. Conselheiro **Isaias Dias** estranhou que alguns conselheiros tenham
1241 concordado com a proposta no âmbito da Comissão e nesse momento se
1242 manifestassem contrários. Entendia que a proposta poderia ter sido aperfeiçoada
1243 antes de chegar ao plenário. Conselheiro **Flávio Oliveira**, em resposta, disse que não
1244 se tratava de não ter feito o debate na comissão e sim de se buscar uma forma viável
1245 de a proposta ser aprovada e realizada efetivamente e para que isso acontecesse era
1246 necessário uma estimativa dos custos, sim. Conselheira **Martinha Clarete** disse que
1247 só trouxera o resumo do projeto para uma deliberação política do Conselho e que
1248 todas as contribuições que se fizessem necessárias eram bem-vindas. Tanto que se
1249 houvesse necessidade de revisão em alguns aspectos para adequação do orçamento,
1250 não teria problema em serem feitas. Nesse momento, o coordenador da mesa
1251 solicitou que as próximas manifestações fossem no sentido de encaminhamento da
1252 matéria. Conselheiro **José Cláudio Barriguelli** concordou com a Conselheira
1253 Martinha Clarete de que o debate e a deliberação do Conselho era política até por que
1254 o debate do orçamento fora feito em dezembro passado, quando foi estimado que
1255 essas ações importariam em 1 milhão e 900. Só que o Conselho não encaminhara
1256 nem deliberara a respeito. Já que isso não acontecera, nada impedia que nesse
1257 momento o plenário se dispusesse a negociar o projeto com o executivo, incluindo, se
1258 necessário, a estimativa de custo. Conselheiro **Adilson Ventura** interveio para dizer
1259 que as suas palavras tiveram uma interpretação equivocada. Participou de todos os
1260 debates e aprovou a proposta na Comissão. Mas não estava se contradizendo pelo
1261 fato de entender que se deveria acrescentar uma previsão dos recursos necessários
1262 para a realização dos eventos. Também observou que o seminário de Florianópolis,
1263 sua terra, poderia ser realizado sem custos para o CONADE, entretanto, perguntou
1264 como se buscar recursos, quando não se sabe o quanto será necessário. Prontificou-
1265 se a envidar todos os esforços para que os eventos fossem realizados, porque

1266 acreditava que fortaleceriam o controle social. Conselheira **Isabel** continuou
1267 defendendo a idéia de que era importante e imprescindível a questão dos recursos
1268 financeiros para viabilizar a proposta, e o debate que estava ocorrendo no plenário
1269 não queria dizer que estava sendo contra e sim era para encontrar caminhos de
1270 viabilização dos eventos. Após o debate, a Conselheira **Martinha Clarete** apresentou
1271 encaminhamento que a Comissão de Articulação de Conselhos fazia para o
1272 CONADE: aprovação da programação dos seminários regionais para capacitação de
1273 conselheiros e do Encontro Nacional de Conselhos como preparação para a
1274 Conferência Nacional, e que, depois disso, a Comissão de Articulação de Conselho
1275 juntamente com a CORDE negociariam com a Secretaria de Direitos Humanos os
1276 recursos necessários para a realização desses eventos. Conselheiro **Flávio Oliveira**
1277 reafirmou, na linha do que dissera o conselheiro Carlos Ajur, que o projeto deveria ser
1278 apresentado para a Secretaria de Direitos Humanos com o orçamento detalhado, com
1279 cronograma de desembolso, cronograma de execução física e financeira. Falava
1280 disso, em razão da experiência que tinha sobre o assunto em seu estado de Minas
1281 Gerais. Conselheiro **Alexandre Baroni**, presidente do CONADE, agradeceu a
1282 intervenção e disse, salvo engano, que a questão do orçamento não seria incluída na
1283 proposta, até porque, supondo que se apresentasse uma planilha de 1 milhão e
1284 500mil ou 10 milhões, o CONADE não tinha um centavo sequer. Conselheiro **Flávio**
1285 **Oliveira** chamou a atenção para o fato de que o que se estava falando não dizia
1286 respeito a quanto de recursos o Conselho tinha, e sim de quanto seria preciso para
1287 realizar os eventos. Conselheiro **Alexandre Baroni** concordou com o conselheiro,
1288 porém, quis saber qual seria a deliberação do CONADE a respeito. Conselheiro
1289 **Flávio Oliveira** explicou que tinham dois encaminhamentos: 1 – o projeto como fora
1290 apresentado, sem detalhamento do cronograma de execução física; e 2 – o projeto
1291 como fora apresentado com detalhamento do cronograma de execução física.
1292 Conselheiro **Alexandre Baroni** ponderou que seria, de qualquer forma, preciso
1293 apresentar a proposta da Comissão de Articulação de Conselhos e como o CONADE
1294 não tinha ingerência sobre os recursos, era de opinião que o da Comissão de
1295 Articulação fosse aprovado, até por que fazendo isso não se ficaria 30, 40 ou mais
1296 dias para reapresentar o projeto no Conselho. Houve duas propostas: 1 – **que fosse**
1297 **aprovada a realização dos seminários de capacitação de conselheiros e a**
1298 **realização do 1º Encontro Nacional de Conselhos, depois disso, a Comissão de**
1299 **Articulação juntamente com a Corde negociariam com a Secretaria de Direitos**
1300 **Humanos os recursos financeiros para a realização desses eventos; 2 – que**
1301 **fosse aprovada a realização dos seminários para capacitação de conselheiros e**
1302 **a realização do 1º Encontro Nacional de Conselhos como preparação para a**
1303 **próxima Conferência Nacional , desde que acrescida à proposta a estimativa de**
1304 **custo das suas ações. Aprovada a proposta 2.** Conselheira **Martinha Clarete**
1305 desculpou-se porque precisava se retirar, em função do horário do seu vôo. A seguir o
1306 Presidente do Conselho, conselheiro **Alexandre Baroni**, organizou a pauta em função
1307 do tempo. Foi, então decidido que se apresentaria o tema sobre o relatório da
1308 Comissão Provisória do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **ITEM 7 – RELATÓRIO**
1309 **DA COMISSÃO PROVISÓRIA DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA –**
1310 Conselheira **Isabel** falou sobre os projetos de leis que tratam sobre o assunto do
1311 estatuto, Disse que a Comissão estudou muito essa questão e entendia que devesse
1312 fazer um ciclo de debate para obter mais informações. Chamou a atenção para o nº

1313 7699, que é o número do Projeto de Lei da junção do substitutivo do Senador Flávio
1314 Arns, com o substitutivo preparado pelo relator da Câmara, Deputado Celso. Disse
1315 que, de agora em diante, o Projeto de Lei deveria ser acompanhado pelos
1316 conselheiros, através desse número, por isso sugeriu que o memorizassem. Explicou,
1317 também, a tramitação e as articulações que estavam sendo feitas e as que ainda
1318 precisariam fazer a respeito do assunto. A recomendação para essa questão é que se
1319 dividisse o texto do Projeto de Lei pelos capítulos, para os conselheiros pudessem
1320 estudar. Também que fosse feita reunião extraordinária e debates para clarificar as
1321 dúvidas que por ventura existirem a respeito do assunto e que o Presidente do
1322 CONADE encaminhe um ofício ao Presidente da Câmara dos Deputados, dizendo que
1323 quer uma discussão mais ampla do Projeto de Lei. Conselheira **Ana Maria** falou da
1324 reunião que houve com o Deputado Eduardo Barbosa e que todos que estavam lá
1325 ficaram muito preocupados. Perguntou se não seria o caso de conversar com os
1326 deputados nas suas respectivas áreas de atuação, para articular a inclusão das
1327 propostas que o CONADE entenda devam ser as melhores para as pessoas com
1328 deficiência. Conselheira Isabel disse que já havia sido apresentada proposta das
1329 áreas específicas, citando como exemplo a da educação. Sugeriu que fosse colocado,
1330 no ofício em que o Presidente do Conselho enviará ao Presidente da Câmara, a
1331 solicitação de uma audiência para tratar do estatuto. Conselheiro **José Cláudio**
1332 **Barriguelli** fez uma proposta relacionada às deficiências de origem. Entendia que os
1333 projetos de lei sobre o estatuto não contemplavam no conjunto da classificação das
1334 deficiências a de origem patológica. Assim o CONADE precisava se manifestar a
1335 respeito e a CORDE com a sua experiência poderia contribuir com isso. Concordou
1336 com a idéia de se marcar uma audiência com o Presidente da Câmara para falar
1337 sobre os projetos de lei. Conselheira **Kátia Barbosa** mostrou-se preocupada com a
1338 situação, por isso falou que se poderia também fazer uma articulação junto às
1339 assessorias parlamentares dos ministérios, porque lá se encontram pessoas que
1340 conhecem melhor o trâmite dos projetos de lei na Câmara. Lembrou que o texto do
1341 Projeto de Lei não fora dividido em capítulo para que os conselheiros pudessem estudar
1342 melhor. Em sua opinião, todos os conselheiros deveriam se envolver mais com o
1343 assunto. Conselheiro **Alexandre Baroni** disse que até então havia emergido uma
1344 proposta do Plenário: **encaminhar correspondência ao Presidente da Câmara**
1345 **dizendo que o CONADE quer discutir amplamente o Projeto de Lei sobre o**
1346 **estatuto e que, nesse mesmo ofício, fosse solicitada uma audiência para**
1347 **conversar com o Presidente da Câmara sobre Projeto em referência.** Nessa
1348 proposta foi incorporado, por sugestão do Plenário, o seguinte: **que a Secretaria de**
1349 **Direitos Humanos, enquanto órgão do governo preocupada com o debate do**
1350 **estatuto, marque também uma audiência com o Presidente da Câmara para**
1351 **conversar sobre assunto. Desta forma, foi aprovada a proposta.** Como o Plenário
1352 continuou falando no assunto, explicou que há o texto do Senado que foi apensado ao
1353 da Câmara. Houve manifestação ressaltando que a idéia era retardar a votação,
1354 enquanto isso o CONADE estudaria e faria as articulações necessárias para incluir
1355 pontos importantes para as pessoas com patologias. Conselheira **Isabel** que, além do
1356 encaminhamento já proposto e aprovado, o ideal seria que o CONADE apresentasse
1357 um substitutivo e para fazer isso seria preciso que os conselheiros conhecessem todo
1358 o texto de projeto. Conselheiro **Fernando Ribeiro** ofereceu-se para ajudar na
1359 elaboração e consolidação do substitutivo, desde que houvesse a contribuição de

1360 todos os conselheiros. Conselheira **Isabel** solicitou que constasse em ata, que não
1361 apresentou o Plano de Ação da CORDE no Conselho, devido à necessidade de
1362 priorização de outros assuntos da pauta. Lembrou que era regimental essa
1363 apresentação na primeira reunião do ano do Conselho. Como não fora possível, a
1364 CORDE não poderia deixar de realizar as suas atividades, até por que tinham ações
1365 que exigiam um tempo próprio. Conselheiro **Marcos Bandeira** sugeriu, para a reunião
1366 de abril, que fossem encaminhados os materiais relacionados aos pontos de pauta,
1367 para que os conselheiros pudessem ler com antecedência e se apropriarem dos
1368 conhecimentos antes do debate no Plenário, o que, em sua opinião, daria mais
1369 agilidade à reunião. Em razão do adiantado da hora, Conselheiro **Alexandre Baroni**
1370 agradeceu a presença de todos que contribuíram para qualificação dos debates e
1371 encerrou a reunião.